



PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 90106/2026- SFIL

CONTRATANTE (UASG 986477)

Município de Guarulhos

OBJETO

Contratação de serviços especializados de gestão e operação logística, incluindo a disponibilização de infraestrutura, mobiliário e recursos técnicos e operacionais especializado para gestão e operação de Centro de Distribuição, compreendendo as atividades de recebimento, conferência, armazenamento, separação, distribuição, controle de estoque e transporte para unidades de saúde e entregas domiciliar de materiais médico-hospitalares, correlatos, medicamentos e demais produtos da área da saúde, além de disponibilização de sistema informatizado.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/07/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (ART.48. LC 123/06)

Não se aplicam as disposições dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90106/2026- SFIL

PROCESSO SEI Nº 1111.2026/0025151-4

Torna-se público que o Município de Guarulhos, por meio da Subsecretaria de Licitações e Contratos, sediada na Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP – CEP 07111-080, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação deverá ser fornecido na forma e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida conforme ANEXO II – Memorial Descritivo.

1.3. EMBASAMENTO LEGAL: O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições, bem como demais normas complementares aplicáveis:

- Lei Federal nº 14.133/21

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm)

- Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm)

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. Poderá ser exigida garantia de proposta como requisito de pré-habilitação para participar de uma licitação, de acordo com art. 58 da Lei Federal 14.133/21, a qual será definida no ANEXO II – Memorial Descritivo, **quando aplicável**.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Os critérios de preferência conforme art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 estão definidos no ANEXO II – Memorial Descritivo, **quando aplicável**.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.2.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.4.1. O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6.9.1. A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.6.10. Sociedades cooperativas quando se tratar de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra

2.6.11. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.12. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2. e 2.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. O disposto nos itens 2.6.2. e 2.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.5. O produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicado no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5.3. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- a)** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b)** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c)** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- d)** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e)** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f)** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g)** que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h)** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i)** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 e 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da



perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor ou desconto (mensal, unitário, anual, total do item, grupo ou global, etc., conforme definido no ANEXO II – Memorial Descritivo;

4.1.2. Marca/ Fabricante, (podendo ser registrado marca própria nos casos de serviços ou quando a licitante for a fabricante do produto) e no caso de medicamentos, materiais médicos hospitalares, odontológicos e outros, Registro no Ministério da Saúde (RMS): as licitantes deverão especificar para cada produto ofertado.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.3.1. Os valores deverão ser grafados preferencialmente com duas casas decimais.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência, quando participarem de licitações públicas;

4.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no ANEXO II.

4.7.4. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no ANEXO II.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Para o envio de lances no pregão eletrônico, será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

5.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

5.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

5.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

5.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

- 5.19.3.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.19.4.** A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.19.5.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.19.6.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.20.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.20.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.20.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.20.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.20.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.20.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.20.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. Empresas brasileiras;

5.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos.

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo ou por ofício quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital.



5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP
[https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?
cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc](https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc)

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4 e ANEXO II – Memorial Descritivo quanto à preferência.

6.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

- 6.10.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.11.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.12.** Caso o Anexo II – Memorial Descritivo exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.13.** Caso o Anexo II – Memorial Descritivo exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.16.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.17.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 6.18.** O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 6.19.** O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

7.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a licitante apresentar:

I – jurídica;

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- c) Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II – técnica: a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

OPERACIONAL

a) certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos, conforme transcrito abaixo:

a1) Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

- i. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;
- ii. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

a2) Na hipótese prevista acima, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

a3) A capacidade técnica deverá ser comprovado no mínimo de 50% do objeto de licitação, indicando local, natureza, volume, quantidades, prazos e outros dados característicos dos serviços.

Os atestados deverão comprovar no mínimo:

- I. A realização de entregas domiciliares mensais em quantitativo equivalente a 25.000 (vinte e cinco mil) com dispensação individualizada de medicamentos destinados diretamente aos pacientes;
- II. Transporte de carga climatizada e refrigerada com valor mínimo mensal de R\$ 12.500.000,00 (doze mil quinhentos mil reais), incluindo controle de temperatura e rastreabilidade;
- III. Prestação de serviços logísticos na área da saúde, envolvendo os processos de recebimento, armazenamento, separação, unitarização, fracionamento e gestão de estoques em Centro de Distribuição e em unidades de saúde, conforme previsto no Termo de Referência, com quantitativo mínimo de 1.500 (mil e quinhentas) posições-paletes e estoque com no mínimo 600 (seiscentos) itens distintos (SKUs), 32.500.000,00 (trinta e dois milhões e quinhentos mil) unidades farmacêuticas.
- IV. Gestão de estoques com valores mensais superiores a R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais).
- V. Unitarização de 70.000 unidades de medicamentos/mês;
- VI. Utilização de sistema informatizado do tipo WMS (Warehouse Management System) para controle de estoque, com utilização de coletores de dados por tecnologia de código de barras e rádio frequência nos armazéns.
- VII. Abastecimento de 61 pontos de entrega;
- VIII. Gestão integrada de estoques com reposição automática nas unidades de saúde.

Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados, desde que tratem de serviços executados em operações simultâneas, devendo, cada atestado, comprovar o mínimo de 12



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

(doze) meses de execução dos serviços, salvo nos casos em que a contratação tenha sido realizada para período inferior.

b) prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso e conforme disposto no ANEXO II – Memorial Descritivo

c) registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso, e conforme disposto no ANEXO II – Memorial Descritivo;

c1) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil, apresentando como documento de habilitação uma declaração do compromisso assumido.

d) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

PROFISSIONAL: Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração:

e) apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente – CRF, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

e1) Na documentação apresentada não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções relativas as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Administração Pública conforme disposto nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

e2) A comprovação do vínculo dos profissionais indicados deverá se dar antes da ordem de início dos serviços conforme a Súmula 25 do TCESP

f) indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

f1) Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

f2) A comprovação do vínculo dos profissionais indicados deverá se dar antes da ordem de início dos serviços conforme a Súmula 25 do TCESP.



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

g) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

III - fiscal, social e trabalhista;

a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

f) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

IV – econômico-financeira.

a) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b1) Considera-se último exercício social, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis apresentados (mecanicamente) até o dia 30 (trinta) de abril do ano subsequente e, no caso de serem transmitidos através do Sistema Público de Escrituração (Sped), até o último dia do mês de junho do ano subsequente, conforme Instrução Normativa RFB 2003/21, salvo disposição em contrário.

b2) Serão considerados como legais o balanço e as demonstrações contábeis (mecanicamente) assim apresentados:

i) pelas sociedades anônimas: publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada; ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

ii) pelas sociedades por cotas de responsabilidade limitada: fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

equivalente; ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

iii) pelas sociedades criadas no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

iv) No caso do balanço patrimonial e demonstrações contábeis serem transmitidos através do Sistema Público de Escrituração (Sped), deverão estar acompanhados do respectivo recibo de entrega.

b3) A boa situação financeira dos 2 (dois) últimos exercícios sociais será comprovada com as demonstrações a seguir, calculadas pelas seguintes fórmulas, cujo memorial deverá ser juntado ao Balanço Patrimonial e estar acompanhado de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital:

- Índice de Liquidez Geral (**LG**) superior ou igual a 1,00
- Índice de Liquidez Corrente (**LC**) superior ou igual a 1,00
- Índice de Solvência Geral (**SG**) superior ou igual a 1,00

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC} \quad SG = \frac{AT}{PC + PNC} \quad LC = \frac{AC}{PC}$$

onde: AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

AT = ATIVO TOTAL

PNC = PASSIVO NÃO CIRCULANTE

RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

b4) os documentos exigidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b5) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

7.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados na forma da lei.

7.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

7.11. Caso seja necessário a avaliação prévia do local de execução para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, a exigências e condições da visita serão estabelecidas no ANEXO II – Memorial Descritivo.

7.12. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.12.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.13.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.14. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.15. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.16. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.14.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até no mínimo 02 (duas) horas, para:

7.16.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

7.16.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.16.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.17. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.14.1.

7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.20. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

- a) Serão aceitas certidões positivas de débito, com efeitos de negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.
- b) A documentação, conforme o caso, deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas Federal, Estadual e Municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (números de inscrição no C.N.P.J., I.E. e C.C.M.).
- c) A aceitação dos documentos obtidos via “internet” ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pelo Subsecretaria de Licitações e Contratos.
- d) Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 06 (seis) meses entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.
- e) Os documentos exigidos para habilitação, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento.

7.21. No caso de participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas serão acrescidos os seguintes procedimentos:



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

a) As licitantes deverão comprovar, a sua condição de ME, EPP ou EQUIPARADAS por todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente (CNPJ, documento da Junta Comercial, por exemplo).

b) As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas deverão apresentar, todos os documentos de habilitação exigidos, mesmo que apresentem alguma restrição, devendo estas serem sanadas no prazo definido neste edital.

b1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme art. 43, §1º da Lei Complementar 123/2006.

b2) A não regularização da documentação, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme art. 43, §2º da Lei Complementar 123/2006.

c) A não comprovação da sua condição de ME, EPP e EQUIPARADAS e/ou não regularização dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a licitante estará sujeita às sanções legais, ficando sujeita inclusive ao impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

7.21.1. Os incisos acima não serão aplicados quando o valor estimado do grupo/ item/ global for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte conforme ao art. 4º, §1º da Lei 14.133/21.

7.22. No caso de participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15. da Lei 14133/21, serão observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

7.22.1. Para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

7.22.1.1. O acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

7.22.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso.

7.22.2.1. O prazo para comprovação da constituição do consórcio será de até 15 (quinze) dias úteis, contados da convocação que será realizada por e-mail.

7.22.2.2. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceite da Administração.

7.22.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente conforme minuta anexa a este edital e Anexo II – Memorial Descritivo.

8.2. A empresa deverá no prazo de 05(cinco) dias úteis, contados da data da convocação, comparecer para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.2.1. Os prazos poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada e aceita pela Administração.

8.3. No caso da licitação estar autuada em um processo eletrônico, para assinatura do instrumento contratual, a empresa deverá providenciar, **preferencialmente após a homologação**, cadastro junto ao SEI através dos links https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0

ou

<https://www.guarulhos.sp.gov.br/acesso-ao-sei> na opção SEI – USUÁRIO EXTERNO.

8.4. O prazo de vigência da contratação é o ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO.

9. DA RESERVA ÀS ME, EPP E EQUIPARADAS

9.1. Caso a licitação seja EXCLUSIVA OU COM RESERVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS conforme instituído pelo artigo 48, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014:

9.1.1. Para o grupo/item reservado, nos termos do art. 48, inciso III: se não houver vencedor para o grupo/ item reservado, o vencedor da cota principal será convocado a assumir a cota reservada (mesmo grupo/ item de ampla participação), ou, diante da manifestação de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

9.1.2. Para grupo/item destinado exclusivamente à ME/EPP/EQUIPARADAS: se não houver competidor enquadrado como microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas relativamente ao grupo/ item reservado, a licitação será declarada deserta abrindo-se novo certame, com ampla participação.

9.1.3. ATENÇÃO: Se a mesma empresa vencer o grupo/ item reservado e a cota principal (mesmo grupo/ item de ampla participação), a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

9.1.4. Haverá prioridade de aquisição do grupo/ item reservado, desde que a diferença do preço de contratação não seja superior a 5% (cinco por cento) do melhor preço válido na cota principal (Vencedor); ressalvados os casos em que este for inadequado para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

9.2. A obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, **DEVENDO O LICITANTE DECLARAR A OBSERVÂNCIA DESSE LIMITE**, CONFORME MODELO ANEXO I – B.

9.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.



10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos, quando se tratar de processo físico, permanecerão com vista franqueada aos interessados junto ao Subsecretaria de Licitações e Contratos, Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP, ou quando se tratar de processo eletrônico, por meio do sítio eletrônico

https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?



[acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_ace](#)
[sso_externo=0](#)

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. Fraudar a licitação

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#) (Lei Anticorrupção).

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

- 11.2.2.** Multa;
- 11.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2.** As peculiaridades do caso concreto
- 11.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2. e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.4.3.** A critério da Administração e sendo possível, o valor devido poderá ser descontado de eventual garantia prestada pela CONTRATADA. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.
- 11.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Guarulhos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2. e 11.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail licita.guarulhos@gmail.com, podendo ser feita a confirmação do seu recebimento através do telefone (11) 2423-8623 – Seção Técnica de Apoio às Licitações ou protocolada até às 16h30min do último dia do prazo, na Secretaria de Finanças no Departamento de Licitações da Subsecretaria de Licitações e Contratos, Sito à Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP – CEP 07111-080.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico

<https://licitacoes.guarulhos.sp.gov.br/todaslicitacoes/> ou

<https://www.guarulhos.sp.gov.br/transparencia/consulta-de-licitacoes>.

13.11. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração, conforme previsto no art. 122 da Lei 14.133/21, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

13.11.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

13.11.2. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

13.11.3. A subcontratação só será permitida até o limite financeiro de 25% do valor total do contrato.

13.11.3.1. Os serviços que podem ser subcontratados são os referentes às atividades acessórias, cujo serviço especializado não caracteriza a essência do objeto do contrato.



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

13.12 A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto no Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022 que trata da Política de Segurança da Informação, devendo cumprir todas as diretrizes e responsabilidades nele estabelecidas.

13.13. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro da Comarca de Guarulhos.

13.14. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

13.15. Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Declarações

ANEXO II – Memorial Descritivo

ANEXO III - Termo de Referência

Anexo III – A – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

Guarulhos, 24 de junho de 2026

GLAUCO LUIZ SILVA
SUBSECRETÁRIO
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

ANEXO I
DECLARAÇÕES



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

ANEXO I - A

MODELO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Pregão nº

Processo Administrativo nº

Objeto:

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA:

a) não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor ou do Pregão, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021.

b) não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;

c) está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;

d) é responsável pela fidelidade e legitimidades das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante _____

RG do representante _____



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

ANEXO I - B

MODELO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Pregão nº

Processo Administrativo nº

Objeto:

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA que no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante _____

RG do representante _____



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

ANEXO I - C

DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÕES E APARELHAMENTO TÉCNICO

MODELO

A Prefeitura de Guarulhos

Subsecretaria de Licitações e Contratos

Pregão nº

Processo Administrativo nº

Objeto:

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA que disponibilizará as instalações e aparelhamento adequados disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como indica o pessoal técnico com a respectiva qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme abaixo:

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante _____

RG do representante _____



ANEXO II
MEMORIAL DESCRITIVO

OBJETO: Contratação de serviços especializados de gestão e operação logística, incluindo a disponibilização de infraestrutura, mobiliário e recursos técnicos e operacionais especializado para gestão e operação de Centro de Distribuição, compreendendo as atividades de recebimento, conferência, armazenamento, separação, distribuição, controle de estoque e transporte para unidades de saúde e entregas domiciliar de materiais médico-hospitalares, correlatos, medicamentos e demais produtos da área da saúde, além de disponibilização de sistema informatizado.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Não se aplicam as disposições dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 41.686.661,10 (quarenta e um milhão, seiscentos e oitenta e seis mil, seiscentos e sessenta e um reais e dez centavos)

Dotação orçamentária: 1158 – 0791.1030100462.147.02.3000093.339039.0432

1163 – 0791.1030100462.147.05.3000157.339039.0621

1190 – 0791.1030200472.149.05.3000157.339039.0621

1246 – 0791.1030500482.152.05.3000157.339039.0621

JULGAMENTO: O critério adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**

CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO/ SERVIÇO

VIGÊNCIA DO CONTRATO: Será de 15 (quinze) meses contados da data da ordem de início dos serviços, podendo ser prorrogado a critério da Administração, nos termos da lei 14.133/21.

No caso da licitação estar autuada em um processo eletrônico, para assinatura do instrumento contratual, a empresa deverá providenciar, **preferencialmente após a homologação**, cadastro junto ao SEI através dos links https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 ou <https://www.guarulhos.sp.gov.br/acesso-ao-sei> na opção SEI – USUÁRIO EXTERNO.

PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO: Todos os documentos constantes da declaração conforme item 1.1.3, deverão ser apresentados após a convocação, no prazo de até 10(dez) dias úteis, podendo ser prorrogado a critério da Administração, desde que



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

solicitado com justificativa devidamente motivada.

LOCAL DE EXECUÇÃO: (Município de Guarulhos ou região)

GARANTIA DE PROPOSTA

1. No momento da apresentação da proposta, deverá o licitante prestar a devida GARANTIA DE PROPOSTA. Finalizada a disputa, o pregoeiro solicitará ao licitante que, no prazo de até 02 (duas) horas, apresente a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, conforme art. 58 da Lei Federal 14.133/21.

1.1. A garantia de proposta deverá ser de **1% (um por cento) do valor estimado** para a contratação, considerado o período de vigência de 12 (doze) meses, nos termos da Súmula nº 37 do TCE -SP, e ter sido efetivada até o dia e hora de abertura das propostas.

1.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

1.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

1.4. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o [§ 1º do art. 96](#) da referida lei.

1.4.1. Se a caução for em **dinheiro**, o valor deverá ser depositado no banco **001 - Banco do Brasil, agência nº 4770-8, conta corrente nº 10810-3 – Prefeitura do Município de Guarulhos**, bem como a empresa deverá identificar o depósito.

1.4.2. Em caso de consórcio, a garantia poderá ser apresentada por todas as componentes em conjunto ou por qualquer uma delas, em qualquer das modalidades previstas, respeitando-se, em qualquer caso, que a soma das garantias apresentadas pelas componentes perfaça o valor exigido.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

1. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, podendo o prazo ser prorrogado, apresente:

1.1. Proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

1.1.1. A proposta deverá conter Marca/ Fabricante.

1.1.2. A proposta deverá conter preços unitários e preços totais dos itens (preço unitário x quantidade), correspondente ao lance vencedor, conforme o caso, expresso em números, na moeda corrente nacional, preferencialmente com duas casas decimais.

1.1.3. A licitante deverá apresentar declaração de que possui e apresentará, antes da assinatura do Contrato, os seguintes documentos:

a) Licença de Funcionamento de Empresa da sede da licitante;

b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA para atividades de armazenagem, transporte e distribuição de medicamentos, medicamento especial, saneantes e produtos para saúde;



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

- c) Licença Sanitária emitida pelo órgão de vigilância sanitária local, compatível com a natureza da operação e abrangendo expressamente as atividades de armazenagem e transporte exigidas no Termo de Referência.
- d) Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB);
- e) Certificação de Boas Práticas de Armazenagem e Distribuição.

OUTRAS EXIGÊNCIAS

1. Juntamente com os documentos de habilitação, deverá(ão) ser apresentado(s) os seguintes documentos:

1.1. Declaração formal conforme modelo ANEXO I – A.

1.2. Registro ou inscrição na entidade profissional competente, conforme item 7.1., inciso II, “c” do edital:

1.2.1. Original ou cópia autenticada da Certidão de Registro de pessoa jurídica junto a entidade competente (CRF) da região a que estiverem vinculados.

GARANTIA CONTRATUAL

A prestação de garantia será de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, considerado o período de vigência de 12 (doze) meses nos termos da Súmula nº 37 do TCE-SP, conforme previsto no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/21 no ato da assinatura de contrato.

Quando a opção da garantia for na modalidade prevista seguro-garantia, o contratado terá o prazo de até 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.



SECRETARIA DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1111.2026/0025151-4

ANEXO II – A

Contratação de serviços especializados de gestão e operação logística, incluindo a disponibilização de infraestrutura, mobiliário e recursos técnicos e operacionais especializado para gestão e operação de Centro de Distribuição, compreendendo as atividades de recebimento, conferência, armazenamento, separação, distribuição, controle de estoque e transporte para unidades de saúde e entregas domiciliar de materiais médico-hospitalares, correlatos, medicamentos e demais produtos da área da saúde, além de disponibilização de sistema informatizado. **CATSERV: 27685**

ITEM	DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S)/EXIGÊN CIAS	UNID.	QUANT. MENSAL	QUANT. TOTAL 15 MESES	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL 15 MESES R\$
01	Serviço de Armazenagem.	Mês	1	15	1.305.578,01	19.583.670,15
02	Serviço de controle de estoque	Mês	1	15	20.590,29	308.854,35
03	Serviço de separação de estoque	Mês	1	15	104.318,56	1.564.778,40
04	Serviço de distribuição (Contratado)	Serviço	273	4.095	621,15	2.543.609,25
05	Serviço de Distribuição (Complementar)	Serviço	98	1.470	586,79	862.581,30
06	Gestão de Logísticas nas UBS	Mês	1	15	391.994,51	5.879.917,65
07	Logística de Separação	Serviço	5000	75.000	145,91	10.943.250,00
TOTAL GLOBAL						41.686.661,10



ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA CONTRATAÇÃO

1. Fundamento

O presente Termo de Referência decorre do Estudo Técnico Preliminar nº 01/2025-SS21.04, elaborado pela área requisitante, no qual foram analisadas a necessidade da contratação, as alternativas de solução disponíveis no mercado e a viabilidade técnica, econômica e operacional da implantação de solução informatizada integrada para o controle do fluxo de suprimentos, fundamentando a definição do objeto, do regime de execução e das condições da contratação para o armazenamento e distribuição dos itens destinados à rede municipal de saúde.

A contratação observa o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade e gestão por resultados, além das normas internas aplicáveis e demais regulamentos pertinentes à matéria.

No referido ETP foram avaliadas as alternativas disponíveis no mercado, bem como a viabilidade técnica, operacional e econômica da implantação e operação de solução informatizada integrada, contemplando central de monitoramento e controle, rotinas de planejamento, análise e gerenciamento do fluxo de compras, estoques e distribuição, com vistas a garantir informações tempestivas para a tomada de decisão, previsão de consumo, priorização das reposições e mitigação de riscos de desabastecimento.

A contratação está fundamentada na **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, observando-se os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, segurança do abastecimento e gestão por resultados, bem como as normas técnicas, sanitárias e administrativas aplicáveis à gestão de medicamentos e insumos no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e da Administração Pública Municipal.

2. Objeto:

Constitui objeto da presente licitação a contratação de serviços especializados de gestão e operação logística, incluindo a disponibilização de infraestrutura, mobiliário e recursos técnicos e operacionais especializado para gestão e operação de Centro de Distribuição, compreendendo as atividades de recebimento, conferência, armazenamento, separação, unitarização, distribuição, controle de estoque e transporte para unidades de saúde e entregas domiciliar de materiais médico-hospitalares, correlatos, medicamentos, vacinas e demais produtos da área da saúde, além de disponibilização de sistema informatizado, inclusive nas UBS, visando a eficiência no fluxo de materiais e insumos essenciais para o funcionamento adequado das unidades de saúde com ressurgimento automático pelo Centro de Distribuição, com disponibilização de sistema informatizado e treinamentos.

3. Justificativa da necessidade da contratação

1. Controle de ruptura de estoque no Centro de Distribuição.
2. Controle dos gastos com materiais e medicamentos.
3. Transferência de produtos entre unidades para consumo imediato, evitando ruptura de estoque e o desperdício.
4. Equipe de profissionais treinada e preparada para realizar os procedimentos logísticos.
5. Garantia do processo de rastreabilidade dos produtos tanto físico como no sistema de gestão.
6. Diminuição do nível de estoque de produtos nas áreas assistenciais.
7. Visualização, por disponibilização de sistema web, a posição de estoque pela gestão de suprimentos e alta gestão.
8. Melhoria no controle efetivo dos gastos com material médico hospitalar e medicamentos, através da gestão de estoque.
9. Melhoria da disponibilidade de produtos nos serviços assistenciais pela integração dos processos físicos, de gestão, de planejamento e análise da cadeia de suprimentos.
10. Garantia do processo de rastreabilidade dos produtos tanto físico como no sistema de gestão.
11. Garantia de disponibilidade dos produtos no lugar certo na hora certa.
12. Entregas domiciliares diminuindo o fluxo de pessoas nas unidades, assegurando maior controle de prova de vida, qualidade na dispensação para pacientes com mobilidade reduzida, dentre outros.

4. Quantidade:

Serviço de Armazenagem – CATSERV (grupo 672 – Serviço: 27685)

Item	Unid.	Quant.	Descrição	CATMAT/CATSERV
1	paletes	3000	Área climatizada para medicamentos (no mínimo)	N/A

2	paletes	100	Área para produtos refrigerados	N/A
3	unidades	200	Número de NFs recebidas / conferidas	N/A
4	unidades	11.000	Número de volumes recebidos	N/A
5	unidades	20.000.000	Número de linhas recebidas	N/A
6	unidades	400	Número de SKUs recebidos	N/A
7	unidades	65.000.000	Número de Unidades Farmacêutica armazenadas	N/A
8	unidades	15.000	Número de volumes expedidos	N/A
9	unidades	500	Número de SKUs expedidos	N/A
10	unidades	123	Pontos de entrega (unidades)	N/A
11	pacientes	5.000	Entrega medicamento em casa	N/A
12	R\$	R\$ 33.000.000,00	Valor médio dos produtos para cálculo dos seguros	N/A
13	Unidades	273	Quantidade mensal de entregas normais / mês	N/A
14	Unidades	98	Quantidade de entrega complementares	N/A
15	Dias	2	Prazo de entregas complementares (no máximo)	N/A
16	Unidades	140.000	Unitarizações	N/A

5. Especificação do objeto

O controle integrado do fluxo de suprimentos será executado com a responsabilidade de garantir a gestão dos processos da cadeia de suprimentos através da implantação e operação de solução informatizada integrada que inclui a instalação de uma central de monitoramento e controle, rotinas informatizadas de planejamento, análise e o gerenciamento do fluxo integral de compras, garantindo informações necessárias para tomada de decisão e priorização das reposições de estoque, previsão de consumo em todos os pontos da cadeia de suprimentos buscando o nível ótimo de abastecimento, orientando a mínima aplicação de capital imobilizado, auxiliando na redução da manutenção de estoques e um nível alto de disponibilidade e manutenção dos serviços assistenciais pela não rupturas de estoques.

A Contratada deverá disponibilizar Centro de Distribuição com infraestrutura física e tecnológica adequada para armazenagem e movimentação de, no mínimo, 3.100 (três mil e cem) posições-paletes. O CD deverá atender integralmente às normas sanitárias, de segurança e operacionais, incluindo sistemas automatizados de controle de temperatura, umidade e segurança patrimonial. As instalações deverão ser monitoradas por CFTV, possuir controle de acesso e contar com plano de contingência operacional para manutenção da cadeia de suprimentos em situações emergenciais.

O CD deverá operar com equipe dimensionada para garantir o atendimento de todas as requisições oriundas das Unidades de Saúde (UBS), Pronto Atendimento (PA), Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) e da Secretaria Municipal de Saúde.

Disponibilizar veículos apropriados para o transporte dos produtos até as unidades assistenciais, climatizados e refrigerados; manutenção da temperatura interna e de sistema de controle e registro gráfico da temperatura durante o processo de carregamento, além do transporte de embalagens.

Disponibilizar infraestrutura adequada para entrega nos domicílios dos munícipes cadastrados no sistema "medicamento em casa".

6. Projeto Básico das Obras e Serviços de Engenharia:

() Sim, conforme ANEXO.

(X) Não se aplica

7. Regimes de Prestação de Serviços de Obras e Engenharia

() Empreitada por preço global

() Empreitada por preço unitário

☐ Tarefa

☐ Empreitada integral

☐ Contratação integrada

☐ Contratação semi-integrada

☐ Fornecimento e prestação de serviço associado

☒ Não se aplica

8. Classificação do objeto:

☒ **bens e serviços comuns:** aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

☐ **bens e serviços especiais:** aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma de bens e serviços comuns, exigida justificativa prévia do contratante;

☐ **serviço comum de engenharia:** todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

☐ **serviço especial de engenharia:** aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição de serviço comum.

☐ **serviços e fornecimentos contínuos:** serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas

☐ **serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**

☐ **serviços não contínuos ou contratados por escopo:** aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;

☐ **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**

☐ **notória especialização:** qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;

☐ **outros (especificar)**

9. Participação de Consórcios:

☒ Permitida

☐ Vedada.

Justificativa da vedação: ____

10. Características do Serviço

A Secretaria indicará um membro da sua equipe para atuar como Fiscal da Operação, este preposto terá como principal atividade, em conjunto com a Contratada e respeitando-se os limites deste Termo de Referência, o acompanhamento e fiscalização dos processos operacionais para cada Unidade da Secretaria.

O fluxo operacional será o seguinte:

- A Secretaria promoverá as aquisições dos seus produtos e orientarão seus fornecedores quanto às condições de entrega, os quais serão entregues no Centro de Distribuição da Contratada;
- Os produtos ficarão armazenados sob a guarda e responsabilidade da Contratada que deverá promover todos os controles necessários para a sua melhor utilização por parte da Secretaria;
- As unidades de consumo da Secretaria farão seus pedidos de produtos, que serão triados pela Secretaria e posteriormente serão repassados à Contratada para as suas providências.
- Os produtos serão solicitados eletronicamente para a Contratada, cujo formato e sistemática será definido em conjunto entre as partes;
- A Contratada promoverá a separação, conferência, embalagem, expedição, unitarização (quando necessário), distribuição e entrega dos produtos, garantindo o abastecimento das unidades da Secretaria, conforme cronograma estabelecido entre as partes;
- A Contratada disponibilizará todas as informações sobre os produtos em estoque, assim como as entregas, considerando as informações sobre lotes, fornecedor, data de fabricação, prazos de validade e volume médio consumido, para auxiliar a Secretaria nos seus processos de compras.
- Para a Gestão do Contrato, a Secretaria indicará o seu Gestor do Contrato, que terá o papel de interlocutor entre a Secretaria e a Contratada, neste caso, fiscalizar, ajustar, aprovar, corrigir, autorizar, aplicar penalidades quando necessárias e todas as demais deliberações necessárias para a gestão efetiva do contrato.

Quantitativos da operação:

A quantidade mensal estimada para a operação e gestão deste Termo de Referência está baseada nos números no item 4, e a relação das unidades para entrega no item 11.

11. RELAÇÃO DE UNIDADES PARA ENTREGA

Nº	Nome da Unidade	Região	Endereço	Bairro	Cep	Horário Funcionamento
1	Ambulatório da Criança	I	Rua Oswaldo Cruz, 151	Centro	7010020	7h - 19h
2	Banco de Leite Humano	I	Travessa Orsi, 47	Jardim das Hortências	7020180	7h - 17h
3	CAMPD	I	Vila Porto Belo, 28	Vila Camargos	7111200	7h - 19h
4	CAPS - AD II	I	Rua Joaquim Miranda, 298	Vila Augusta	7023051	24 horas
5	CAPS - Alvorecer	IV	Av. Santa Helena, 173	Vila Paraíso	7241270	24 horas
6	CAPS - Arco-Íris	III	Rua Nova Canaã, 539	Jardim Presidente Dutra	7171440	7h - 19h
7	CAPS - Recriar	I	Rua Michael Andreas Kratz, 111	Macedo	7197150	7h - 19h
8	CAPS II - Osório Cesár	II	Rua Carutapera, 167	Vila Augusta	7021250	7h - 19h
9	CAPS III - Bom Clima	I	Rua Raphael Colacioppo, 80	Bom Clima	7196230	7h - 19h
10	CAPS - Amigo Jovem	IV	Rua São Martinho, nº 218	Cidade Industrial Satélite	7231160	7h - 17h
11	CEMEG	I	Avenida Salgado Filho, 1148	Centro	7115000	7h - 19h
12	CEMEG Cantareira	II	Av. Brigadeiro Faria Lima, 215	Cocaia	7130000	7h - 19h
13	CEMEG Pimentas-Cumbica	IV	Av. Atalaia do Norte, 576	Jardim Cumbica	7240120	7h - 19h
14	CEMEG São João	III	Rua Taipu, 116	Jardim São João	7151480	7h - 19h
15	CEMPICS	I	Rua Joaquim Miranda, 471	Vila Augusta	7023051	7h - 17h
16	CEO Angélica	IV	Rua José Inácio Gomes, 441	Jardim Angélica	7244270	7h - 19h
17	CEO Macedo	I	Rua Michael Andreas Kratz, 159	Macedo	7197150	7h - 21h
18	CEO São João	III	Rua Cruz do Espírito Santo, 37	Jardim São João	7151360	7h - 21h
19	CEO Vila Galvão	II	Rua São Francisco, 294	Vila Galvão	7071010	7h - 19h
20	CER II	I	Rua das Palmeiras, 865	Vila Augusta	7022000	7h - 19h
21	CERESI	I	Rua Dona Antônia, 965	Vila das Palmeiras	7021000	7h - 19h
22	CERESI Pimentas-Cumbica	IV	Rua Landre Sales, 400	Parque Piratininga	7250130	7h - 17h
23	CEREST	I	Rua Carutapera, 163	Gopoúva	7021250	7h - 17h
24	Complexo Hospitalar Padre Bento	I	Av. Emílio Ribas, 1819	Gopoúva	7051000	24 horas
25	CTA	I	Av. Tiradentes, 2521	Jardim Santa Edwrigens	7040310	7h - 19h
26	DVS-CEADIM	I	Rua Íris, 300 - Sala 68	Gopoúva	7051080	7h - 17h
27	DVS-Laboratório	I	Rua Íris, 300	Gopoúva	7051080	7h - 17h

28	DVS-SVO	II	Av. Benjamin Harris Hunnicutt, 1327	Portal dos Gramados	7124000	24 horas
29	DVS-Vigilância Sanitária	I	Rua Íris, 300 - Casa Amarela 02	Gopoúva	7051080	7h - 17h
30	DVS-Zoonoses	III	Rua Santa Cruz do Descalvado, 420	Jardim do Triunfo	7175370	7h -17h
31	Hospital Geral de Guarulhos	I	Alameda dos Lirios,300	Parque Cecap	7190012	24 horas
32	Hospital Maternidade Jesus, Jose e Maria	I	Av. Dr. Renato de Andrade Maia,1337	Parque Renato Maia	7114000	24 horas
33	Hospital Municipal da Criança e do Adolescednte - HMCA	I	Rua José Maurício, 191	Centro	7011060	24 horas
34	Hospital Municipal de Urgência - HMU	I	Av. Tiradentes, 3392	Bom Clima	7196000	24 horas
35	Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso	IV	Rua São Jose do Paraíso,100	Imperial	7243550	24 horas
36	Mandado Judicial	I	Rua Dona Dica, 834	Tranquilidade	7052000	7h - 17h
37	PA Alvorada	PIV	Av. Santa Helena, 70	Vila Paraíso	7241270	24 horas
38	PA Bonsucesso	PIII	Rua Catarina Mariana de Jesus, 85	Bonsucesso	7175500	24 horas
39	PA Dona Luiza	PIV	Rua Osvaldo Nunes Dias, 55	Jardim Centenário	7273320	24 horas
40	PA Maria Dirce	III	Rua Ubatã, 154	Jardim Maria Dirce	7173380	24 horas
41	PA Paraventi	PI	Rua Joracy de Camargo, 202	Jardim Paraventi	7121280	24 horas
42	Profilaxia da Raiva - HMU	I	Av. Tiradentes, 3.392	Bom Clima	7196000	7h - 19h
43	Região I	I	Rua Luiz Faccini, 518	Centro	7110000	7h - 17h
44	Região II	II	Av. Silvestre Pires de Freitas, 554	Jardim Paraíso	7014400	7h - 17h
45	Região III	III	Av. Serra Redonda, 203	Jardim São João	7151420	7h - 17h
46	Região IV	IV	Rua Garça Real,45	Jardim Giovana	7274000	7h - 17h
47	SAE Carlos Cruz	IV	Rua Miracanga, 32	Parque Jurema	7244190	7h - 19h
48	SAMU Base	PI	Rua Cavadas, 563	Vila São João	7044000	24 horas
49	Seção Técnica de Movimentação	I	Rua Iris, 300 - Sala 51	Gopoúva	7051080	7h - 17h
50	Transporte Ambulatorial	I	Rua Claudino Barbosa, 709	Macedo	7113040	7h - 19h
51	UBS Água Azul	III	Rua Cabo Dantibes, 131	Água Azul	7159090	7h - 17h
52	UBS Allan Kardec	III	Rua Ipacaetã, 51	Jardim Presidente Dutra	7171150	7h - 17h
53	UBS Aracília	IV	Rua Urucui, 398	Jardim Cidade Aracília	7250150	7h - 17h
54	UBS Bambi	III	Rua Hibisco, 179	Residencial Bambi	7159740	7h - 17h
55	UBS Bananal	III	Rua Martinica, 220	Jardim Bananal	7192430	7h - 17h
56	UBS Belvedere	II	Estrada Municipal, 475	Parque Mikail	7145245	7h - 17h

57	UBS Cambará	II	Rua Adolfo Vasconcelos Noronha, 233	Jardim Cambará	7085380	7h - 17h
58	UBS Cavadas	I	Rua Cavadas, 412	Vila São João	7044000	7h - 17h
59	UBS Cidade Martins	II	Rua Jaú, 190	Jardim Bela Vista	7132460	7h - 17h
60	UBS Continental	II	Rua Pessegueiro, 111	Parque Continental	7084250	7h - 17h
61	UBS Cumbica	IV	Rua Seg. Ten. Aviador Mário Luiz Figueiroa, 295	Cidade Jardim Cumbica	7181060	7h - 17h
62	UBS Cummins	IV	Rua Plácido Ivo de Mello, 68	Jardim Cumbica	7180160	7h - 17h
63	UBS Dinamarca	IV	Rua Araucaia, 277	Dinamarca	7251050	7h - 19h
64	UBS Dona Luiza	IV	Av. José Miguel Ackel, 1535	Jardim Giovana	7274000	7h - 17h
65	UBS Haroldo Veloso	III	Rua Pocrane, 79	Conj. Resid. Haroldo Veloso	7155120	7h - 17h
66	UBS Inocoop	III	Rua Elias Dabarian, 310	Inocoop	7173210	7h - 17h
67	UBS Itapegica	I	Av. Rotary, 1453	Vila Itapegica	7042000	7h - 17h
68	UBS Jardim Acácio	II	Av. Silvestre Pires de Freitas, 2007	Jardim Acácio	7144000	7h - 17h
69	UBS Jardim Álamo	III	Rua Nicolina Lapenna Turri, 15	Jardim Álamo	7176660	7h - 17h
70	UBS Jardim Cabuçu	II	Rua Existente, 110	Jardim Cabuçu	7144285	7h - 17h
71	UBS Jardim Cumbica I	IV	Av. Venturosa, 240	Jardim Cumbica	7240000	7h - 17h
72	UBS Jardim Cumbica II	IV	Rua Sena Madureira, 1177	Jardim Cumbica	7240020	7h - 17h
73	UBS Jardim Flor da Montanha	I	Rua Eduardo, 311	Jardim Flor da Montanha	7097290	7h - 20h
74	UBS Jardim Fortaleza	III	Rua Hilário Pires de Freitas, 166	Jardim Fortaleza	7153450	7h - 17h
75	UBS Jardim Jacy	IV	Rua São Geraldo da Piedade, 45	Jardim Jacy	7262140	7h - 17h
76	UBS Jardim Munhoz	I	Rua Professor José Munhoz, 474	Jardim Munhoz	7033000	7h - 17h
77	UBS Jardim Nova Cumbica	IV	Rua Baixio, 142	Jardim Nova Cumbica	7231040	7h - 17h
78	UBS Jardim Palmira	II	Rua Jaime dos Santos Augusto Filho, 59	Jardim Palmira	7075000	7h - 17h
79	UBS Jardim Paraventi	I	Rua Vila Lobos, 340	Jardim Paraventi	7121070	7h - 19h
80	UBS Jardim Paulista	II	Rua Itaguaí, 97	Jardim Paulista	7083220	7h - 17h
81	UBS Jardim Presidente Dutra	III	Rua Nova Iorque, 375	Jardim Presidente Dutra	7170010	7h - 17h
82	UBS Jardim Primavera	II	Rua Gama, 72	Parque Primavera	7145190	7h - 17h
83	UBS Jardim Rosa de França	II	Rua Wilson Souza, 48	Jardim Rosa de França	7081280	7h - 17h
84	UBS Jardim Vila Galvão	I	Rua Martin Afonso, 130	Jardim Vila Galvão	7055100	7h - 17h
85	UBS Jovaia	II	Av. Brigadeiro Faria Lima, 1361	Jardim Rossi	7130000	7h - 17h
86	UBS Jurema	IV	Rua Primeira Cruz, 104	Parque Nações	7243200	7h - 17h

87	UBS Lavras	III	Rua Souto Soares, 232	Lavras	7170550	7h -17h
88	UBS Marcos Freire	IV	Rua do Poente, 200	Conjunto Marcos Freire	7263721	7h - 17h
89	UBS Marinópolis	III	Rua Marinópolis, 546	Jardim Presidente Dutra	7172100	7h - 17h
90	UBS Morros	II	Rua Delmiro, 299	Jardim dos Afonsos	7131430	7h - 17h
91	UBS Normandia	IV	Estrada Água Chata, 979	Jardim Normandia	7252000	7h - 17h
92	UBS Nova Bonsucesso	III	Rua Tapiramuta, 237	Bonsucesso	7175530	7h - 17h
93	UBS Nova Cidade	IV	Rua Ângelo Roberto Orsomarso, 146	Jardim Nova Cidade	7252330	7h - 17h
94	UBS Novo Recreio	II	Rua Santina, 543	Novo Recreio	7144490	7h - 17h
95	UBS Parque Alvorada	IV	Avenida Santana do Mundaú, 800	Cidade Parque Alvorada	7242190	7h - 17h
96	UBS Parque CECAP	I	Rua Profª. Maria Del Pilar Munhoz Bononato, 78	Parque Cecap	7190029	7h - 19h
97	UBS Parque Jandaia	IV	Rua Porto Alegre, 446	Parque jandaia	7261080	7h - 17h
98	UBS Pimentas	IV	Rua Jaboatão, 84 - Pça. Felício Antônio Alves, S/nº	Pimentas	7275450	7h - 17h
99	UBS Piratininga	IV	Estrada da Água Chata, 2131	Água Chata	7251000	7h - 17h
100	UBS Ponte Alta	III	Rua São Paulo, 107	Jardim Ponte Alta	7179000	7h -17h
101	UBS Ponte Grande	I	Rua Oswaldo Agostinho, 17	Ponte Grande	7032320	7h - 17h
102	UBS Recreio São Jorge	II	Estrada David Correa, 1766	Recreio São Jorge	7144330	7h - 17h
103	UBS Santa Lídia	II	Rua Mário Bezerra de Espíndola, 04	Jardim Santa Lídia	7140004	7h - 17h
104	UBS Santa Paula	III	Rua Maria Roza de Campos, 156	Jardim Santa Paula	7179295	7h - 17h
105	UBS Santo Afonso	IV	Rua Rondonópolis, 161	Jardim Santo Afonso	7271260	7h - 17h
106	UBS Santos Dumont	III	Rua Rafael Fernandes, 55	Parque Santos Dumont	7152110	7h - 17h
107	UBS São Rafael	I	Rua Domingos de Abreu, 216	Jardim Vila Galvão	7054050	7h -17h
108	UBS São Ricardo	I	Rua Soldado Jair da Silva Tavares, 04	Jardim São Ricardo	7060154	7h - 17h
109	UBS Seródio	III	Av. Coqueiral, 111	Cidade Seródio	7150000	7h - 17h
110	UBS Soberana	III	Rua Jaboticabal, 393	Cidade Soberana	7161200	7h - 17h
111	UBS Soimco	IV	Rua Barão de Melgaço, 101	Cidade Soimco	7183230	7h - 17h
112	UBS Taboão	II	Rua Maria Elisa, 80	Jardim Tamassia	7140130	7h - 17h
113	UBS Tranquilidade	I	Av. Emílio Ribas, 1897	Jardim Tranquilidade	7051000	7h - 19h
114	UBS Uirapuru	IV	Estrada Velha Guarulhos-São Miguel, 992	Jardim Santa Helena	7230000	7h - 17h
115	UBS Vila Barros	I	Rua Carlos Korkischko, 425	Vila Barros	7192200	7h - 17h
116	UBS Vila Carmela	III	Av. Serra da Mantiqueira, 585	Vila Carmela	7178450	7h - 17h
117	UBS Vila Fátima	I	Rua Esmeralda, 25	Vila Fátima	7191290	7h -17h

118	UBS Vila Galvão	II	Av. Dona Eugênia Machado da Silva, 354	Vila Galvão	7071070	7h - 17h
119	UBS Vila Rio de Janeiro	III	Rua Lions, 40	Vila Rio de Janeiro	7175530	7h - 17h
120	UPA Cumbica	IV	Rua dos Jesuítas, 533	Cidade Ind. Satélite Cumbica	7231060	24 horas
121	UPA Paulista	PII	Rua Nisal, 31	Jardim Paulista	7083240	24 horas
122	UPA São João	III	Estrada Guarulhos-Nazaré, 4.130	Cidade Soberana	7162000	24 horas
123	UPA Taboão	II	Av. Silvestre Pires de Freitas, 50	Taboão	7144000	24 horas

Obs.: As Unidades poderão ser incluídas, excluídas e ajustadas, ao longo do contrato, sendo que as alterações deverão obedecer às Legislações vigentes e pertinentes.

Frequência de entregas

Frequência de entregas	Tipos de Unidades	Qtd. Unidades	Qtd. Entregas
Diário	Mandado Judicial	21	21
Semanal	CEADIM, Pronto Atendimento, SAMU, SS8 e UPA	8	32
3 x no mês	UBS – Portaria 344/98	21*	70
Quinzenal	Pronto Atendimento e UPA	4	8
Quinzenal	UBS (Conforme cronograma)	54	108
Mensal	UBS – Hospitais	6	6
Mensal	Demais Unidades Especializadas	28	28
Mensal	Entrega a Domicilio - Dispensações	5.000	5000

*Há possibilidade de aumento de unidades que impactará no acréscimo de estimativa de quantidade de entregas.

12. GRUPOS POR REGULAÇÃO

1. Medicamentos
2. Medicamentos Controlados
3. Produtos para saúde
4. Saneantes
5. Cosméticos
6. Alimentos (exceto gêneros alimentícios)
7. Vacinas

13. DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

A prestação dos serviços deve contemplar gestão e operação de centro de distribuição, transporte de materiais, medicamentos e vacinas para as unidades e domicílios descritas nesse termo de referência, além de sistema de gestão de estoque e sistema de apoio ao planejamento de compras.

14. PRODUTOS POR GRUPO

Os itens que ficarão sob guarda da Contratada, inicialmente, serão:

- Medicamentos;
- Vacinas
- Produtos Correlatos;
- Insumos em geral;
- Imunobiológicos;
- Materiais médicos hospitalares;

- Material didático;
- Impressos.

15. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A contratada será responsável pela logística de materiais, devendo garantir qualidade, eficiência e segurança nas seguintes atividades:

- Recebimento;
- Armazenagem;
- Movimentação;
- Gestão dos estoques;
- Processamento dos pedidos;
- Separação;
- Unitarização
- Conferência;
- Embalagem;
- Expedição;
- Distribuição;
- Entrega.

16. INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO (CD)

Para a prestação dos serviços de logística de materiais a Contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, **um Centro de Distribuição, denominado de "CD", obrigatoriamente dentro do município de Guarulhos**, conforme características especificadas neste termo de referência:

A futura contratação deverá contemplar a disponibilização, pela Contratada e às suas expensas, de Centro de Distribuição (CD) destinado à execução dos serviços logísticos de armazenagem, gestão e distribuição de materiais.

O CD deverá estar obrigatoriamente localizado no território do Município de Guarulhos, exigência esta que decorre de justificativa técnica, operacional e econômica plenamente alinhada aos princípios que regem as contratações públicas previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente eficiência, economicidade, planejamento e atendimento ao interesse público.

Destaca-se, como elemento central da motivação, que **100% (cem por cento) das entregas e operações logísticas** decorrentes da contratação ocorrerão dentro do território municipal, o que torna tecnicamente indispensável a manutenção de estrutura física local, sob pena de prejuízo à adequada execução contratual.

A exigência fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- **Eficiência e tempestividade na prestação do serviço:** a localização do CD no próprio município assegura redução máxima do tempo de deslocamento, viabilizando entregas ágeis, inclusive em situações emergenciais, compatíveis com a criticidade do abastecimento público;
- **Economicidade e vantajosidade da contratação:** considerando que todas as rotas de distribuição têm como origem e destino o território municipal, a manutenção de CD fora do município implicaria aumento desnecessário de custos logísticos (transporte, combustível, manutenção, tempo operacional), em afronta ao princípio da economicidade;
- **Adequação lógica da solução ao objeto contratado:** sendo integralmente local o fluxo de distribuição, a exigência de base operacional no município constitui medida coerente com a realidade da demanda, evitando soluções ineficientes e desconectadas da necessidade administrativa;
- **Facilidade de fiscalização e governança contratual:** a proximidade permite atuação mais efetiva da Administração no acompanhamento da execução, inspeções in loco, auditorias operacionais e controle de qualidade dos serviços prestados;
- **Mitigação de riscos operacionais:** a redução de distâncias elimina variáveis externas relevantes (trânsito intermunicipal, pedágios, atrasos logísticos), aumentando a confiabilidade e previsibilidade do abastecimento;
- **Fomento à economia local:** a instalação e operação do Centro de Distribuição no âmbito do município ensejam a geração direta e indireta de postos de trabalho, bem como a dinamização da circulação de renda no território local, promovendo efeito multiplicador sobre os diversos segmentos econômicos. Tal medida contribui para o fortalecimento da base produtiva municipal, na medida em que privilegia a internalização dos fluxos financeiros e estimula o desenvolvimento regional, em plena consonância com a função indutora da Administração Pública na promoção do crescimento econômico sustentável.
- **Proporcionalidade e ausência de restrição indevida à competitividade:** a exigência não se configura como cláusula restritiva, uma vez que não limita a participação de licitantes de outras localidades, mas apenas estabelece condição objetiva de execução contratual, passível de atendimento por qualquer interessado que se disponha a estruturar operação no município.

Dessa forma, a exigência de localização do Centro de Distribuição no Município revela-se **necessária, adequada e proporcional**, constituindo requisito essencial para assegurar a execução eficiente, econômica e segura do objeto contratado, em estrita observância ao interesse público.

1. A Contratada deverá operar o CD **preferencialmente** no período diurno das 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, devendo manter equipe, quando necessário, para atender solicitações urgentes.
2. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais, mobiliários, equipamentos de movimentação, estruturas de armazenagem, itens de segurança pessoal, segurança patrimonial, insumos e todos os demais itens necessários

para o atendimento do objeto, durante o período de execução do contrato.

3. A Contratada deverá disponibilizar no CD, vigilância patrimonial com circuito fechado de televisão, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia.
4. O CD deverá possuir sistema de prevenção e combate ao fogo (com sistema de sprinklers) e inundações, devendo estar em conformidade com as especificações exigidas pelo Corpo de Bombeiros da região onde estiver de localizado.
5. A Contratada será responsável, pela conservação predial periódica, com a realização dos reparos necessários ao bom andamento dos serviços, assim como pela manutenção da limpeza e higiene dos ambientes de armazenamento para a boa conservação dos materiais.
6. Será exigida a comprovação das aplicações e controle de fumigação, dedetização, desratização e descupinização executada em conformidade com as normas definidas pelo órgão competente para o controle de pragas.
7. Para as operações com os produtos da SMS, a contratada deverá disponibilizar mobiliário e equipamentos condizentes com os seus produtos (mesas, cadeiras, computadores e impressoras, porta paletes, paletes plásticos, equipamentos de unitarização, racks autoportantes, carrinhos hidráulicos e empilhadeiras).
8. No CD, deverá ser disponibilizada área climatizada de até 25° C, câmara fria de +2° a + 8° C, e câmara fria de -15° a -25° C, com controle de umidade, fácil acesso aos produtos e área segregada para produtos controlados, com base na atual legislação e nas normas de boas práticas de armazenamento de medicamentos e produtos para saúde.
9. O sistema informatizado de gestão de estoque a ser disponibilizado pela Contratada deverá ser concebido de forma a **assegurar a interoperabilidade e integração com sistemas corporativos da Administração Pública**, atuais e futuros, incluindo, mas não se limitando, ao sistema de gestão legado atualmente em uso.
10. Para tanto, deverá prever a disponibilização de interfaces de integração (APIs, webservices ou outros mecanismos compatíveis), que possibilitem a troca automatizada, segura e rastreável de dados, garantindo o compartilhamento de informações em tempo real ou por meio de rotinas de sincronização.
11. A solução deverá permitir o acesso e utilização das informações pelos gestores das unidades administrativas e pelos responsáveis pela gestão de suprimentos, contribuindo para o aprimoramento dos processos de planejamento, aquisição, controle de estoque e tomada de decisão.
12. Deverá, ainda, ser compatível com a evolução tecnológica da Administração, de modo a **facilitar futuras integrações com novos sistemas que venham a ser adotados**, evitando dependência tecnológica e promovendo maior eficiência, economicidade e continuidade administrativa.

A Contratada deverá prover uma estrutura que contemple:

- Armazenamento vertical para área mínima aproximada de 4.000m².
- Volume de armazenagem de 20.000 m³.
- Mínimo 06 docas.
- Capacidade do piso de 5 toneladas por m².
- CFTV com acesso externo via web para pessoas autorizadas, com no mínimo 15 câmeras de monitoramento.
- Área Climatizada.
- Câmara fria com no mínimo 4 m².
- Cortinas corta calor.
- Equipamentos para movimentação dos produtos no armazém.
- Área segregada - medicamentos da portaria 344/98 (ANVISA).
- Área para arquivo de documentos gerados na operação.
- Infraestrutura tecnológica necessária para suportar a utilização de sistema informatizado nas instalações do CD (computadores, impressoras laser e térmica, rede de internet, entre outros).
- Monitores de televisão para a sala de controle da operação.
- Área de Unitarização.
- Equipamentos de unitarização.
- Área segregada para produtos unitizados.
- Seguro para os transportes de produtos.
- Estrutura de transporte.
- Portaria com guarita e segurança armada.
- Gerador para suportar 100% da instalação.
- Regularização sanitária do Centro de Distribuição.
- Seguro estrutural (predial).
- Seguro dos insumos (mercadoria).
- Rede de dados e telefonia com cabeamento estruturado no padrão EIA TIA/568 com cabeamento UTP CAT 5E ou superior.
- Switches da rede local devem permitir a segmentação da rede em VLANs (L2) para aumento de segurança e possuir portas de 10/100Mbps ou superior.
- Cada Rede Local deverá contar com pelo menos um Firewall com recursos de VPN (Virtual Private Network), bloqueio de portas e filtro para navegação WEB.
- O fornecedor é responsável por prover e hospedar todos os servidores necessários para o funcionamento de seus sistemas, garantir a segurança de acesso, segurança física, performance e disponibilidade.
- O Servidor de banco de dados deve ser exclusivo para esta finalidade, não devendo rodar outros serviços. Deve possuir redundância de fonte de alimentação.
- Coletores de radiofrequência com vedação IP54 (ou superior), que atendam à norma MIL-STD 810 F (ou superior) que operem on-line com sistema WMS com baterias sobressalentes e carregadores e leitores de códigos de barras com feixe de Laser.
- Área administrativa climatizada com no mínimo 50 m², com mobiliários, sala de reunião e climatização.
- Estações de trabalho, incluindo mobiliário, computador, impressora, rede e demais itens necessários à boa execução do trabalho, com no mínimo 06 Unidades.

- Cadeiras com rodas, com no mínimo 06 Unidades.
- Cadeiras sem roda, com no mínimo 12 Unidades.
- Sala de reuniões climatizada com mesa e 8 cadeiras, considerando com 12 M²

No que tange à infraestrutura do Centro de Distribuição, denominado "CD", com base no histórico de volume e dimensionamento de aumento da demanda, foi estabelecido exigências estrutura que contemplam condições mínimas comportsen a futura contratação.

A área mínima de 4.000m² com pé direito de 10 metros, é considerando para implantação de estrutura verticalizada para 3.000 posições palete para área climatizada e 100 posições palete para refrigerada, área administrativa, área de unitarização, área de "stage" para recebimento e expedição de carga, considerando também área de "stage" segregada para expedição da carga destinada as entregas domiciliares que requer um fluxo de processos separado, conforme quadro a seguir:

Setor	Área Estimada (m ²)	Observação
Estocagem Climatizada (3.000 pp)	1.800	Corredor de 2,90m para Retrátil
Estocagem Refrigerada (100 pp)	250	Incluindo antecâmara técnica
Sala de Unitarização	350	Área limpa / Processamento
Stage Entregas Domiciliares	128	Fluxo do remédio em casa
Stages (Recebimento + Expedição)	900	Fluxo de entrada e saída
Antecâmara / Docas	190	Proteção térmica no carregamento
Total	3.618	
área estimada caso necessite aditamento futuro	4.000 m ²	Galpão de 4.000 m ²

No que tange as medidas sugere-se:

- Pé direito de 10 metros, altura recomendável a característica da operação logística que requer o armazenamento de forma vertical, considerando folga de segurança para iluminação, proteção contra incêndio e climatização.

- O mínimo de 6 docas, foi estabelecido considerando o histórico operacional do fluxo de recebimento e expedição. Na operação o recebimento e expedição ocorrem de forma simultânea com ocupação habitual de 4 docas, sendo 3 climatizadas e 1 refrigerada. Neste sentido, com aumento de escopo com 5.000 entregas domiciliares mensal e transferência de vacinas a considerar tal acréscimo é exigido minimamente 6 docas, visando maior fluidez nos fluxos operacionais de recebimento e carregamento de veículos.

-A previsão da área mínima necessária visa assegurar que o CD além da área de armazenagem destinada a locação dos produtos, também deve dispor de área para as atividades administrativas da operação de forma suficiente e confortável para alocar todos os recursos humanos necessários para execução do objeto contratual. Propostas com medidas diferentes devem demonstrar viabilidade para a execução do objeto.

17. OPERAÇÃO NO CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO

17.1 CENTRAL DE PLANEJAMENTO E CONTROLE

A Contratada deverá implantar uma estrutura de operação com disponibilização de Ferramenta Informatizada para realizar o planejamento de suprimentos e controle dos processos de reabastecimento dos setores. Esta estrutura deverá:

- Controlar a disponibilização dos produtos entre os estoques nas diversas unidades.
- Gerenciar a cobertura de estoque, fornecendo apoio para manter um bom nível de serviço.
- Emitir alerta de falhas na cobertura de estoque de materiais e medicamentos.
- Auxiliar a Contratante na definição das políticas de abastecimentos e parâmetros de reposição para cada produto, conforme a necessidade.
- Fornecer relatórios analíticos para a equipe de suprimentos/compras da Contratante.
- Controle do giro de estoque.

- Fornecer relatórios dos produtos a vencer e emitir alarmes de validade conforme shelf life.
- Executar movimentação, transferências ou empréstimo entre estoques.
- Apontamentos de produtos parados no estoque durante um longo prazo.
- Apresentar sugestão automática de pedidos de compra conforme parâmetros de ressuprimento.
- Permitir o cadastro e controle do vencimento de atas de registro de preço e outros.
- Será fornecido pela contratante os dados históricos para a alimentação inicial do sistema de informação, através de ferramentas de interfaceamento, a partir do qual a contratada deverá desenvolver a integração com seus sistemas.
- Será fornecido pela contratante os dados históricos para a alimentação inicial do sistema de informação, através de ferramentas de interfaceamento, a partir do qual a contratada deverá desenvolver a integração com seus sistemas.

17.2 AGENDAMENTO

É responsabilidade da Contratada o agendamento com avaliação da Contratante junto aos fornecedores das entregas de medicamento e material médico hospitalar. A Contratada deverá disponibilizar solução informatizada para controle e operação desta atividade.

- É de responsabilidade da Contratada, diariamente, consultar no sistema informatizado a necessidade do produto, encaminhar empenho ao fornecedor e ter confirmação do recebimento do empenho.
- Agendar a data de entrega de materiais e medicamentos, junto aos fornecedores, através de sistema informatizado.
- O modelo de operação utilizado deverá contemplar, em casos de atrasos, o envio de um comunicado com notificação de atraso ao fornecedor.
- Acompanhar o cronograma de entregas.
- Através de sistema informatizado gerar relatório de atraso de entregas no primeiro dia útil após o prazo limite de entrega e disponibilizar à Contratante.
- Disponibilizar acesso à Contratante para visualizar e consultar os agendamentos e pendências de entregas.

17.3 RECEBIMENTO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS DO FORNECEDOR

- A Secretaria providenciará a aquisição dos materiais e entrega no local de funcionamento das atividades da contratada, ou seja, no CD da Contratada, sendo de responsabilidade da Secretaria a reposição dos estoques de acordo com as suas respectivas políticas de compras.
- Os materiais adquiridos pela Secretaria serão entregues pelos fornecedores nas instalações da Contratada, onde será executada a operação pela contratada. A Secretaria deverá, por meio de funcionário autorizado, efetuar a conferência e atestar o seu recebimento no respectivo documento fiscal, de acordo com os materiais recebidos.
- Os agendamentos das entregas serão de responsabilidade da Contratada com a avaliação da Contratante, sendo que para este procedimento a Secretaria deverá orientar os seus fornecedores para o contato com a Contratada.
- A Secretaria deverá comunicar à Contratada a previsão de recebimento de novas entregas de fornecedores com antecedência, **mínima, de 24 horas**.
- A Contratante deve manter preposto para fiscalizar, orientar, coordenar, acompanhar e resolver quaisquer questões pertinentes ao recebimento dos produtos, bem como correção de situações adversas, junto a fornecedores.
- O funcionário designado pela Empresa Contratada deverá acompanhar o funcionário designado pela Secretaria Municipal da Saúde durante a operação dos recebimentos dos materiais e, na sequência, promover a sua inclusão do seu sistema de gestão de armazém.
- Os funcionários da Contratada, após receber os materiais dos fornecedores da Secretaria, deverá efetuar seu adequado armazenamento, para posterior disponibilização às unidades requisitantes da Secretaria.
- A Secretaria poderá solicitar da Contratada, todo e qualquer produto sob sua guarda no CD, a qualquer tempo, respeitando os procedimentos operacionais contratados.
- O recebimento dos produtos deve ser feito pela Contratada, sendo que os Medicamentos e Materiais deverão possuir documentos hábeis como: ordem de compra (empenho), doação, empréstimos e outros, seguindo as boas práticas em todas as etapas dos processos e legislação vigente e pertinente.
- Realizar a etiquetagem dos produtos para controle de movimentação, incluindo lote e validade.
- Verificar especificações técnicas dos produtos, como controle de temperatura, condições de transporte e avarias.
- Registrar através do sistema de gestão de estoque a natureza da entrada dos produtos (aquisição, doação, empréstimo e outros) contendo as especificações do fornecedor, valor unitário, valor total, desconto e demais informações.
- Realizar estorno da nota de empenho ou Nota Fiscal, bem como o estorno de itens que eventualmente foram lançados erroneamente no sistema.
- A Contratada deverá preencher checklist de recebimento para todos os produtos.
- É de responsabilidade da Contratada, disponibilizar solução informatizada para emissão de relatórios de avaliação de fornecedor, baseado nos prazos de entrega programada x entrega efetiva.
- Disponibilizar relatórios de controle do recebimento, para os gestores.

17.4 ARMAZENAGEM E SEPARAÇÃO

- Processo de definição dos endereços para armazenagem de produtos, automatizado através de coletores de dados, de forma a garantir a redução de prazos e potenciais erros operacionais.
- Controle de estoque por lote e validade, com rastreabilidade.
- Manutenção dos estoques nas áreas de armazenagem, dispensação e consumo devidamente organizado e conservado;
- Alocação de estoque dinâmico, baseados em características químicas e físicas dos produtos, para otimização das áreas e atendimento das exigências dos órgãos competentes;

- A Contratada será responsável pelo armazenamento dos produtos, separação, unitarização, conferência e entrega nas unidades solicitantes e domicílios cadastrados no "entrega em casa".
- Separação dos materiais para abastecimento das áreas, com controle de lote e validade e rastreabilidade, usando sistemas FEFO (first to expire, first out = primeiro a vencer, primeiro a sair).
- Bloqueio de movimentação de um produto pelo motivo de quarentena, técnico e/ou administrativo, devendo esse ficar impossibilitado de ser envolvido em qualquer processo de movimentação.
- A Contratada deverá lançar perdas de estoque, através do sistema de gestão de estoque.
- Deverá garantir que os produtos sejam empilhados com segurança e de modo a garantir a integridade dos mesmos e obedecendo as legislações vigentes, isolados do piso e afastados das paredes, para facilitar a limpeza e a higiene.
- Os produtos em quarentena ou aguardando para serem devolvidos ou descartados deverão ser armazenados em local separado e devidamente identificados.
- Deverá proporcionar o armazenamento conforme temperatura e umidade recomendadas pelos fabricantes.
- Possibilitar a criação e administração de cotas de itens de requisição, através do sistema informatizado.
- A Contratada deverá fornecer os insumos técnicos e operacionais necessários para o processo de unitarização de medicamentos, estimados de no mínimo 140.000 unidades/mês, em farmácia da Contratante que se estabelecerá no Centro de Distribuição.
- O processo de unitarização será realizado conforme necessidade da Contratante, sendo mapeado inicialmente a necessidade para os seguintes itens: Amoxicilina 500 MG, Azitromicina 500 MG, Cefalexina 500 MG, Ciproflaxacino 500 mg, Claritromicina 500 mg, Clindamicina 300 MG, Doxicilina 100 MG, Fluconazol 150 MG, Itraconazol 100 MG, Ivermectina 6 MG, Levofloxacino 500 MG, Metronidazol 250 MG, Nitrofurantoína 100 MG, Prednisona 20 MG, Secnidazol 1 G, Sulfametoxazol + Trimetoprima - 400 MG.

17.5 UNITARIZAÇÃO

- A Contratada deverá implantar e operar farmácia de unitarização com serviço automatizado de unitarização de medicamentos, contemplando a instalação de máquinas unitarizadoras de alta performance, todos os insumos técnicos e operacionais necessários à execução da atividade, bem como equipe técnica especializada para manuseio, controle e rastreabilidade dos insumos.
- As operações deverão ocorrer em regime de atendimento contínuo de segunda-feira a sexta-feira, 10 horas por dia, conforme necessidade operacional.
- Deverá ser garantida a identificação individualizada das unidades com informações de lote, validade, código do medicamento, e demais dados exigidos pela legislação vigente e normas da ANVISA.
- O sistema informatizado deverá permitir a rastreabilidade em tempo real das unidades fracionadas.
- A Contratada deverá implementar programa de qualidade e boas práticas de fabricação (BPF), sujeito a auditoria periódica, com foco na segurança do paciente e integridade do medicamento.

17.6 TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO PARA UNIDADES

- As quantidades estimadas mensais, assim como os locais de distribuição, (podendo sofrer alterações), com a inclusão ou exclusão de materiais, quantidades e locais previstos, de acordo com as necessidades da Secretaria e com base na legislação vigente.
- A distribuição e entrega dos materiais para a Secretaria, ocorrerá com base no cronograma que será elaborado em conjunto com a Contratada, considerando a seguinte classificação:
- **Entrega Contratada:** tem como objetivo, promover o abastecimento planejado com antecedência e, que tem como objetivo o abastecimento diário, semanal, quinzenal ou mensal dos pontos de consumo. Este tipo de entrega tem como premissa o Cronograma Mensal, elaborado em conjunto pela Contratante e Contratada;
- **Entrega Extraordinária:** tem como objetivo, promover o abastecimento emergencial e corretivo de eventuais faltas nos estoques dos pontos de consumo. Este tipo de entrega será efetivado no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento do pedido oficial da Contratante para a Contratada, procedimento que será liquidado por operação eventual;
- O processo de expedição contempla a embalagem, formação da carga, roteirização, o transporte, a entrega e a eventual, retirada dos produtos de posse ou propriedade da Secretaria nas unidades de Saúde.
- **Reposição Emergencial:** Em casos em que houve alteração de temperatura dos imunobiológicos, inutilização, dentre outras ocorrências dentro das salas de vacina, assim como nos meses de Campanha Vacinal, a empresa contratada ficará responsável em abastecer a Unidade de Saúde que fará a ação de vacinação de acordo com a solicitação do setor responsável, a empresa será responsável pela entrega emergencial dos insumos solicitados via email, em até 24 horas do horário da requisição, garantindo assim o abastecimento da Unidade de Saúde.
- No caso de **entrega de medicamentos, imunobiológicos e correlatos**, a Contratante deverá atender todas as normas sanitárias vigentes sobre veículos para transportes (veículos refrigerados). Os veículos utilizados para o transporte de Imunobiológicos, devem ser de uso exclusivo para transporte de vacinas e diluentes, conforme as diretrizes do Manual da Rede de Frio do Ministério da Saúde. Para a distribuição dos Imunobiológicos que necessitam de condições especiais de temperatura deverão ser utilizados o sistema informatizado de controle do Ministério da Saúde, observando-se rigorosamente os lotes e quantitativos de cada produto. A empresa deve seguir a temperatura padrão de transporte das vacinas e imunobiológicos entre +2°C a +8°C, utilizando para isso, veículos com baús refrigerados, dotados de vedação na porta, para manutenção da temperatura interna e de sistema de controle em tempo real com registro gráfico da temperatura durante o processo de carregamento e descarregamento, identificando assim possíveis falhas de temperatura ;
- Para a distribuição e entrega dos produtos nas unidades da Secretaria, a contratada deverá obedecer aos seguintes pré-requisitos e oferecer as seguintes soluções:
- A distribuição do material pela Contratada deve ser feita de acordo com o cronograma mensal estabelecido pela Contratada e com a aprovação do fiscal do contrato da Secretaria.

- A periodicidade de entrega do material em cada unidade da Secretaria poderá ser mensal, quinzenal, semanal ou diário e deverá seguir o cronograma, respeitando-se a quantidade total de entregas previstas.
- A entrega extraordinária a ser definida pela Contratante deverá ser efetuada no prazo de 2 (dois) dias úteis para entrega dos itens, prazo este contado a partir da transferência eletrônica dos pedidos da Secretaria solicitante para a contratada. Na entrega extraordinária estão incluídos todos os casos de entregas não previstas no Cronograma Mensal.
- A Contratada será responsável pelo descarregamento dos produtos nas unidades da Secretaria e, para tanto, deverá contratar e manter em cada veículo de entrega, equipe com capacidade técnica para promover o descarregamento e conferência dos produtos em cada unidade da saúde a ser atendida junto com o preposto da Secretaria em cada unidade. No dia determinado para o recebimento do seu pedido, a unidade da Secretaria que será atendida, deverá disponibilizar um preposto para o recebimento e conferência do seu pedido. A entrega de vacinas deverá ser realizada na sala de vacina das Unidades de Saúde, imediatamente após retirada do caminhão.
- O não cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos, acarretará a aplicação das sanções previstas na cláusula de penalidades;
- A contratada deve embalar todos os pedidos, separadamente, por unidade de entrega, utilizando caixas de transporte (containers) retornáveis, devidamente seladas, com dimensões e resistência compatíveis para acondicionar os materiais, dotadas dos recursos necessários para preservar a integridade do conteúdo e evitar danos no transporte, cuidando para a perfeita identificação e endereçamento do pedido.
- Todos os custos com a embalagem dos materiais e medicamentos são de exclusiva responsabilidade da Contratada, não cabendo à Contratante qualquer ônus a esse título.
- O material deverá ser entregue em dias úteis e no horário comercial, salvo nos casos em que houver impedimento previsto em norma externa, referente à carga e/ou descarga de material.
- Nas entregas, que por força maior, não puderem ser realizadas dentro dos prazos acordados, a contratada deverá reportar o fato ao representante da Secretaria no Centro de Distribuição Geral no mesmo dia, que deverá analisar o fato junto com a contratada para tomar as medidas necessárias.
- A contratada deve entregar o material na unidade requisitante ao seu funcionário, e a informação de entrega deverá ser repassada à Secretaria, por meio de troca de dados eletrônicos, em até 48 (quarenta e oito) horas da sua efetivação.
- Em caso de quebra e/ou manutenção de veículos, a contratada deve garantir a substituição dos veículos **no máximo em quatro (04) horas**, de forma a cumprir os prazos para dos cronogramas de entrega previstos no presente Termo de Referência. A exigência que dispõe sobre a obrigatoriedade de substituição de veículos em caso de quebra e/ou manutenção, sem que haja descumprimento dos prazos impostos, mostra-se compatível com o objeto contratual, haja vista que as unidades de saúde não podem ser desabastecidas, portanto, a eventual substituição do veículo deve ser realizada em prazo hábil para que a entrega seja realizada na data e cronograma de entrega previsto. Tal previsão visa assegurar a continuidade da execução dos serviços, impondo à contratada o dever de dispor de meios adequados para evitar interrupções, ainda que diante de falhas técnicas, em observância aos princípios da eficiência e da continuidade do serviço.
- Não será permitida a utilização na frota de veículos abertos (todos os veículos devem ser fechados ou tipo baú e, quando necessário, refrigerados). Qualquer procedimento alternativo não poderá ser adotado sem prévia e expressa autorização da Secretaria.
- Somente realizar a distribuição dos produtos, após baixa das solicitações no sistema.
- Os relatórios deverão ser assinados, atestando o recebimento dos produtos pelas unidades da Contratante.

17.7 ENTREGA NO DOMICÍLIO DOS MUNICÍPIES

- O Contratada deverá implantar e executar, de forma contínua, o serviço logístico especializado de entrega mensal de medicamentos no domicílio dos pacientes de ação judicial e os pacientes regularmente cadastrados no Programa de Medicamento em Casa da Secretaria Municipal de Saúde em conformidade com a política pública vigente e as diretrizes da assistência farmacêutica. O volume estimado é de, no mínimo, 5.000 (cinco mil) entregas mensais, a serem realizadas conforme planejamento operacional definido pela Administração.
- O serviço deverá abranger todas as etapas operacionais e de controle, compreendendo:
- A realização da separação dos medicamentos por município, com atenção à prescrição médica, posologia e regime de uso.
- Registro em sistema informatizado do número do lote, prazo de validade, identificação do paciente e unidade de destino, de forma a assegurar a rastreabilidade e integridade de cada entrega;
- Utilização de embalagens resistentes, seguras, e apropriadas à natureza do insumo, inclusive com contenção térmica quando exigido, preservando a estabilidade dos medicamentos durante o transporte até a residência do usuário;
- Logística e Distribuição Domiciliar: roteirização eficiente das entregas mensais, com rastreamento em tempo real por meio de sistema informatizado integrado, emissão de comprovantes e disponibilização de relatórios em nome dos pacientes;
- Controle de Temperatura (quando aplicável): os medicamentos que exigem conservação sob temperatura controlada deverão ser transportados em conformidade com a cadeia de frio;
- O serviço deverá ser executado por equipe identificada, uniformizada e capacitada, com estrutura de apoio técnico para resolução de ocorrências;
- Controle da "prova de vida" com um sistema de rastreabilidade on line durante o trajeto, que garanta a entrega ao paciente correto, com assinatura digital comprovando a entrega;
- A prestação do serviço deverá observar os princípios da continuidade, eficiência, qualidade, sigilo e segurança da informação. Quaisquer falhas operacionais que resultem em prejuízo ao tratamento do paciente serão de responsabilidade objetiva da Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e indenizações cabíveis.

17.8 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS)

- Nas aproximadamente 69 (sessenta e nove) Unidades Básicas de Saúde (UBSs) vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, a Contratada deverá implementar solução tecnológica completa para gestão local de estoques, com a instalação, treinamento e acompanhamento do correto input de informações no sistema de gerenciamento de armazéns (WMS – Warehouse Management System), plenamente integrado ao sistema oficial da Secretaria (SISS), que será operacionalizado pelos servidores municipais, visando assegurar interoperabilidade, rastreabilidade total, controle de movimentações e automação dos processos de reabastecimento.
- O WMS deverá permitir o controle em tempo real dos estoques disponíveis em cada UBS, por lote, validade, com funcionalidades mínimas que envolvam: controle de entradas e saídas, gestão de validade, geração de alertas de estoque mínimo e vencimento iminente, inventário cíclico, registros de movimentações internas e emissão de relatórios gerenciais customizáveis. Toda e qualquer movimentação deverá ser registrada eletronicamente com integração direta ao sistema central da Secretaria.
- Além da solução tecnológica, a Contratada deverá disponibilizar 15 (quinze) profissionais farmacêuticos, legalmente habilitados e com registro regular no respectivo conselho profissional, que atuarão de forma rotativa nas UBS, realizando o acompanhamento presencial da rotina logística e farmacotécnica das unidades. As atribuições desses profissionais são:
- Treinamento e orientação aos servidores municipais, com conferência sistêmica das dispensações realizadas diariamente, visando o adequado input de informações sistêmicas de acordo com a entrega realizado ao paciente e compatível com a prescrição médica e com os parâmetros de dispensação definidos pelo protocolo clínico e pelas diretrizes da assistência farmacêutica municipal;
- Checagem do input de informações sistêmicas sobre os insumos recebidos nas UBS, mediante conferência documental e sistêmica, com confrontação das ordens de fornecimento emitidas pelo sistema;
- Eventual não conformidade nas movimentações (entrada, saída, dentre outros) de informações no sistema de gestão de estoque realizadas pelo servidor municipal deverá ser registrada e informada pelo profissional da Contratada ao responsável da unidade para as devidas tratativas e correções, se o caso. É vedado ao profissional da Contratada realizar diretamente movimentações (entrada, saída, dentre outros) no sistema de estoque implementado nas UBS;
- Os farmacêuticos disponibilizados deverão **preferencialmente** estar disponíveis de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 17h00, sem prejuízo da eventual realização de regime de sobreaviso ou plantão remoto em situações excepcionais, conforme pactuação prévia com a Administração
- A Contratada será integralmente responsável pela contratação, remuneração, fornecimento de uniformes, EPIs, ferramentas de trabalho, substituição imediata em caso de ausência ou afastamento e capacitação continuada desses profissionais.
- Toda a operação nas UBSs deverá obedecer a protocolos padronizados e a fluxos previamente aprovados pela Secretaria, integrando-se à rede logística municipal com observância aos princípios da continuidade, segurança, economicidade e qualidade da assistência prestada ao usuário final do SUS.

17.9 GESTÃO DOS ESTOQUES

- A Contratada será responsável por todos os processos de entrada até a saída dos produtos da Secretaria no Centro de Distribuição.
- A Contratada deve preservar a integridade dos estoques de produtos, materiais e equipamentos da Secretaria, que ficarão sob sua responsabilidade no Centro de Distribuição, garantindo o seu uso apenas para os fins a que se destinam e para a execução de atividades relacionadas aos serviços propostos.
- A prestação dos serviços deverá contemplar o controle efetivo das quantidades, dos lotes e prazos de validade através de sistema específico;
- A Contratada será a responsável pelo transporte dos estoques localizados nos atuais almoxarifados da Secretaria, no caso dos pontos de armazenagem para as suas instalações arcando com todos os custos inerentes a esta operação (veículos, ajudantes, seguros, escolta).
- A Secretaria será responsável pela realização de inventários e auditoria nos seus estoques, almoxarifados, antes da transferência dos itens para a nova instalação. A Contratada acompanhará todo o processo de auditoria e dará o ateste nas quantidades e condições dos itens transferidos, quando do recebimento dos mesmos nas suas instalações físicas.
- Para o controle dos estoques, a Contratada deverá utilizar ferramenta tecnológica do tipo:

Sistema de Gestão de Armazéns - WMS, com controle de estoques e armazenamento e separação com coletores de dados via rádio frequência, estatísticas de entradas e saídas por item e por unidade, relatórios de giro, prazo de validade, lotes, endereçamento, curvas ABC de movimentação, quantidades, popularidade e demais informações, disponibilizando todas as informações via WEB;

- A Secretaria será responsável pela informatização (computadores) e manutenção dos sistemas de comunicação (internet) das suas unidades, pois todo e qualquer pedido de produtos ocorrerá, somente, através de meio eletrônico.
- A Contratada deverá promover o monitoramento da entrega dos fornecedores da SMS e, existindo atraso na data de entrega prevista pelo fornecedor, a Contratada deve alertar o preposto da Secretaria, caberá a ela, fornecer à contratada, as orientações necessárias para a gestão desta atividade.
- Para este monitoramento a Secretaria deverá fornecer, em tempo hábil, todas as informações necessárias sobre seus processos de compras de produtos;
- O armazenamento de medicamentos e produtos para saúde deverá ocorrer em local adequado, contendo equipamentos condizentes com a operação (porta paletes, paletes plásticos, racks autoportantes, carrinhos hidráulicos, empilhadeiras, área climatizada de até 25° C e, câmara refrigerada de (-2°) C a (-8°) C, e câmara fria de -15° a -25°C, com controle de umidade, com controle dos lotes de fabricação, fácil acesso aos produtos, área segregada para produtos em quarentena, nos termos da legislação pertinente e as normas de boas práticas de armazenamento do estoque de aproximadamente 1.500 itens (sku's), conforme objeto armazenado.

17.10 INVENTÁRIO

- A Secretaria efetuará, por meio de funcionários devidamente designados, com o auxílio da Contratada, o inventário para levantamento individualizado e completo dos materiais estocados.
- A Contratada deve indicar preposto seu para acompanhar e auxiliar a Secretaria durante todo o inventário de levantamento dos materiais estocados.
- A contagem do estoque deve ser realizada em até 10 (dez) dias úteis e consolidada até 31 de dezembro, período de janeiro a dezembro, em até 10 dias úteis no mês de janeiro ou em outro prazo determinado pela Secretaria.
- As eventuais diferenças encontradas após o fechamento do inventário, cujo cálculo contábil será sobras menos faltas e, caso o valor da diferença financeira seja negativo, este deverá ser debitado da próxima fatura vincenda da contratada. Esta mesma regra, deverá ser aplicada nas situações de avarias e quebras de produtos, respeitando-se os limites estabelecidos nesse Termo de Referência. O processo de incineração dos produtos avariados pela Contratada, incluindo os custos serão as suas expensas, mediante autorização prévia da Contratante.
- A Contratada deve permitir o acesso às suas instalações, a qualquer tempo, de preposto da Secretaria devidamente autorizado pela unidade da Secretaria responsável pela gestão do contrato, para a realização de vistorias, consultas, pesquisas, etc. e dos órgãos de fiscalização (TCU, ANVISA, TCE, DCI etc.) para a auditoria nos estoques da Secretaria.
- É de responsabilidade da Contratada a realização de inventários cíclicos para produtos específicos (curva A/B) e inventário anual geral realizado em cumprimento a legislação vigente, com auditoria, supervisão e acompanhamento da Contratante.
- Os inventários devem ser realizados com o apoio do sistema de gestão de estoque.
- Deve ser solicitada nova contagem, quando as quantidades apuradas por item não coincidirem, sendo possível executar diversos tipos de inventário com portas abertas ou fechadas.
- É responsabilidade da Contratante, formalizar o período que fará o inventário com antecedência e em comum acordo com a Contratada.
- É responsabilidade da Contratada, gerar e registrar nos relatórios de ajustes, divergência de contagem, fechamento e demonstrativo de inventário.
- Ao finalizar o inventário, a Contratada deve realizar a digitação da contagem e salvar as informações no sistema.
- Os ajustes de inventários ocorrerão com a anuência da Contratante.
- Inventário deverá ser realizado através de coletores de dados, por endereço de cada SKU e por código de cada SKU.
- O sistema deverá gerar relatório de posição final de inventário e relatório de diferenças.

18. SISTEMAS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A contratada deverá **disponibilizar** sistema de gerenciamento WMS para controle do estoque no Centro de Distribuição, que deverá conter no mínimo os itens informados:

1. Ser parametrizável por grupos de usuários, diferenciando o cadastro dos usuários do Centro de Distribuição.
 2. Possibilitar o controle para que somente usuários autorizados tenham acesso às informações disponibilizadas pelo sistema.
 3. Rastrear, à nível de usuário, qualquer inclusão, alteração ou exclusão realizada no sistema.
 4. Cadastro de produtos com fornecedor, apresentação, fabricante, validade, lote, valor médio e classificação.
 5. Integrar com coletor de dados para movimentação do estoque.
 6. Realizar requisições de cronograma e urgências.
 7. Emitir lista de picking por pedido.
 8. Realizar entrada da nota fiscal dos produtos recebidos.
 9. Conter endereçamento dos produtos.
 10. Visualizar todo o material com rastreabilidade de lote e validade.
 11. Controlar o giro de estoque;
 12. Elaborar relatórios valorizados de consumo, por centro de custo;
 13. Realizar a manutenção do histórico de informações;
 14. Gerar relatórios, analítico e sintético que identifiquem todas as notas fiscais emitidas, por período.
 15. Realizar inventários periódicos.
 16. Gerar relatórios, analítico e sintético que demonstrem a movimentação por fornecedor, consumo por itens e consumo por centro de custos.
 17. Gerar relatórios que identifiquem o consumo por requisição
 18. Gerar relatórios que permitam análise de curva ABC de itens e fornecedores podendo visualizar os itens mais consumidos com percentual de consumo; Digitalização e Controle de Documentos.
- A Contratada ficará responsável pela digitalização dos documentos envolvidos no processo de compras, nota fiscal do fornecedor, atestado devidamente assinado pelas partes, ordens de fornecimento, notas de empenho e comprovante de entrega, em conformidade com as seguintes especificações: Tipos de imagem de captura: coloração preta e branca (escala de cinza ou colorida); Resolução: 200 DPI a 400 DPI; Formato do Arquivo de imagem: TIFF, JPG ou PDF.

19. SISTEMA INFORMATIZADO DE PLANEJAMENTO DE COMPRAS

- Disponibilizar sistema informatizado para a gestão de suprimentos, compatível com o sistema legado, possibilitando o planejamento e a operação da cadeia de suprimentos, conforme estabelecido neste Termo de Referência.
- Será fornecido pela contratante os dados históricos para alimentar o sistema de informação a partir do qual a contratada deverá desenvolver a integração com seus sistemas.

- Deverá conter recursos baseados em tecnologia de informação, contemplando a criação de um banco de dados com cadastro de todos os materiais e medicamentos e outras informações pertinentes à execução deste Termo de Referência.
- O sistema informatizado deve utilizar monitores de gerenciamento de atendimentos, onde seja possível efetuar o acompanhamento de todas as atividades existentes na base de dados, com opções de consulta por classificação, modo e status do atendimento, por período inicial e final, e por produto.
- Todos os dados gerados a partir do início da prestação dos serviços são de propriedade da Contratante, vedado o uso para qualquer fim sem prévia autorização.
- Permitir o cadastro e controle do vencimento de atas de registro de preço.
- O Sistema informatizado deverá garantir o planejamento, a análise, e o gerenciamento de reposições de estoque e previsão de consumo em todos os pontos da cadeia de suprimentos.
- Realizar cálculos de reposição utilizando parâmetros como estoque de segurança, ponto de ressuprimento, estoque máximo, prazo de espera, consumo médio mensal e outros relatórios acordados com a Contratante.
- Gerar alerta de reposição, com sugestões de reabastecimento automático, considerando níveis de estoque, parâmetros de reposição, encomendas pendentes, processos de compra em andamento e outros.
- Fornecer estudos de diferentes soluções para garantia do abastecimento e parâmetros de reposição para cada produto (ou grupo de produto) por local.
- Disparar mensagens automáticas de alerta aos usuários do sistema quanto a necessidades de reposição.
- Determinar a previsão considerando dados históricos de consumo, inicialmente fornecidos pela Contratante e posteriormente por seu banco de dados, bem como sazonalidade e projeções de crescimento.
- O sistema informatizado deverá apresentar sugestão automática de pedidos de compra conforme parâmetros de ressuprimento.

20. SISTEMA INFORMATIZADO GERENCIAL

- O sistema deverá gerar informações de controle e relatórios gerenciais de forma a garantir o processo de gestão da cadeia de suprimentos pela Contratada, considerando que as atividades e os relatórios serão executados quando solicitado pela Contratante, ou seja, emissão em tempo real via Web, por usuário do sistema.
- Fornecer alertas, indicadores e relatórios.
- Permitir a captação de dados de sua estrutura, para que se transformem em informações relevantes para acompanhamento da operação e apoio na gestão estratégica.
- Ter capacidade para coletar dados em fontes externas para futuras composições de informações e relatórios.
- Ter capacidade para gerar e apresentar relatórios operacionais e gerenciais, dashboards e alertas proativos, devendo exportar em formatos de planilha eletrônica e arquivo texto.
- Permitir que o usuário do sistema tenha opção de criar seus próprios indicadores no sistema informatizado de apoio gerencial e operacional.
- Parametrizar as telas de forma rápida, adequando-as em detrimento das características dos grupos de usuários.
- Possibilitar a criação de alertas.
- Permitir que as mensagens de erros sejam padronizadas.
- Permitir a elaboração de formulários e questionários personalizados.
- Permitir integração com os vários sistemas que interagem no decorrer de todo o processo, seja de origem do governo ou de outras entidades correlacionadas.
- Contemplar possibilidade de trocas de mensagens (messengeria) entre os sistemas que serão interfaceados, garantindo a rastreabilidade de todos os processos.
- Permitir o controle do agendamento da entrega dos empenhos, com envio padronizado de e-mail ao fornecedor.
- Permitir cadastro de fornecedores e contato para envio de e-mail.
- Permitir integrar via web services com o sistema de gestão de estoque, para obter as informações de saldo, consumo e entrada de nota fiscal.
- Exportar dados como: consumo, empenhos a receber e pedidos em andamento para Excel.
- Permitir cadastro de informações do produto, como natureza de despesas, classe, grupo de compra, código.
- Visualização gráfica das coberturas dos estoques, situação dos empenhos, saldo total valorizado, consumo médio mensal valorizado e giro de estoque.
- O uso da solução deverá ser controlado com total segurança contra a violação de dados ou acessos indevidos.
- Que cada funcionalidade do sistema seja habilitada conforme definições de permissões de acesso a grupos de usuários do sistema ou usuários individuais.
- Senhas seguras criptografadas no banco de dados.
- Usuários do sistema administradores possam reinicializar as senhas, assim como cada usuário do sistema pode alterar a sua.
- Restringir o uso de senha para uma determinada quantidade mínima e máxima de caracteres alfanuméricos.
- Aplicação que desconecte os usuários do sistema automaticamente após um período por time-out.
- A Contratante é proprietária de todos os dados gerados durante a execução do contrato, é de responsabilidade da Contratada a disponibilização e manutenção de toda infraestrutura de tecnologia, tais como licenças de bancos de dados, servidores e sistemas operacionais necessários. Estes deverão estar em nuvem e/ou outro compatível com o objeto.
- Emitir relatórios gerenciais e indicadores com classificações de cobertura dos produtos em dias, empenhos a receber do fornecedor e alcance em dias.
- Emitir relatórios de compras por situação e modalidade.

- Permitir ver o status de recebimento dos produtos e pesquisa por empenho.
- Fornecer informações sobre saldo dos produtos, curva ABC, estoque em dias, além do histórico de consumo por produto.
- Emissão de alertas de produtos sem movimentação no período de 6 meses, com ou sem saldo no estoque.
- Alertas de utilização da ATA de Registro de Preço superior à prevista durante o período homologado ou produtos sem ATA, ou com ATA vencida.
- Emitir relatórios de produtos com o vencimento próximo.
- O sistema deverá ser acessível via Web, permitindo que seja visualizado em tempo real, possibilitar a gestão e a conferência do andamento dos cuidados por meio de relatórios gerenciais e clínicos, utilizar servidor externo com redundância para armazenamento dos dados gerados com segurança;

21. MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO

- Deverão ser realizadas reuniões operacionais periódicas para discussão da operação com responsável designado pela Secretaria.
- Os indicadores de performance serão revisados e discrepâncias serão corrigidas, sanadas e eliminadas.
- Revisões estratégicas, tanto de processos como de software e hardware, deverão ser realizadas semestralmente onde desenvolvimentos adicionais para melhoria dos serviços poderão ser discutidos.
- Relatórios e consultas periódicas, tais como: atividades; desempenho versus padrões; performance dos fornecedores; recursos humanos; níveis de estoque; ordens de compra; requisições de produtos atendidas dentro dos prazos pelos departamentos envolvidos; relatórios financeiros para controle e fiscalização.

22. RECURSOS TÉCNICOS ESPECIALIZADO

- A Contratada deverá ter no quadro de funcionários: farmacêutico como responsável técnico, devidamente registrado(s) em seu respectivo(s) conselho(s), para desenvolver o controle técnico das operações, ficando disponível durante todos os dias e horários em que houver operações de recebimento, armazenamento, separação e expedição de medicamentos e alimentos
- A equipe da Contratada deverá operar o Centro de Distribuição em períodos de 2 turnos diurnos de 8 horas diárias de segunda a sexta, devendo manter equipe, de plantão para atender solicitações emergenciais.
- A Contratada deverá arcar com todos os encargos fixados pelas Leis Trabalhistas e Previdenciárias com respeito a seus empregados e técnicos envolvidos na prestação de serviços e seguir a CLT, bem como arcar com todos os encargos sociais legais inerentes à prestação dos serviços. Não serão aceitas cooperativas de trabalhadores.
- A Contratada disponibilizará os recursos humanos devidamente capacitados para a realização das operações e em número suficiente para atender todas as necessidades, de acordo com as atividades previstas na operação, devidamente uniformizados e equipados com todos os EPI's (equipamentos de proteção individual).
- A contratada deverá fornecer aos seus empregados todos os equipamentos, recursos materiais e condições necessárias para o desenvolvimento de suas funções e exigidos por legislação ou norma do trabalho específica.

23. SEGUROS

- A Contratada deve manter, no Centro de Distribuição Geral, as instalações físicas (armazém) e estoques, cobertas por seguros contra incêndio, raios, explosões, no valor inicial de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões), e garantia para roubo qualificado no valor de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais), atualizando as respectivas coberturas anualmente, pelo mesmo índice do reajuste contratual.
- A Contratada ressarcirá à Contratante, em caso de roubo qualificado, até o limite de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil Reais).

24. INDICADORES

INDICADOR	META	FÓRMULA DE CÁLCULO	PERÍODO APURAÇÃO	FONTE DE COLETA	PENALIDADE
Agenda mensal de entregas Contratadas nas unidades	100%	Agenda apresentada até o último dia útil do mês	Mensal	Agenda entregue por meio eletrônico e/ou impresso ao responsável pela gestão do contrato no Centro de Distribuição	Desconto de 1% do valor mensal do contrato no repasse seguinte
Entregas Contratadas feitas no prazo	95%	Número de entregas realizadas / Número de entregas previstas	Mensal	Relatório de entregas atestado pelas unidades.	Desconto de 1% do valor mensal do contrato no repasse seguinte
Entregas Domiciliares realizadas dentro do prazo	99%	Número de entregas realizadas / Número de	Mensal	Relatório de entregas atestado pelas unidades.	Desconto de 1% do valor mensal do contrato no repasse seguinte

		entregas previstas			
Entregas Complementares feitas em até 2 dias úteis	90%	Número de entregas realizadas/ Número de Pedidos	Mensal	Relatório de entregas atestado pelas unidades.	Desconto de 1% do valor mensal do contrato no repasse seguinte
Informar entrega de materiais nas unidades ao Gestor do Contrato por meio de troca de dados eletrônicos em até 48 horas de sua efetivação	98%	Número de entregas Informadas dentro do prazo/Número de entregas realizadas	Mensal	Relatório eletrônico deve informar a data de entrega e a data de inserção	Desconto de 1% do valor mensal do contrato no repasse seguinte
Agenda mensal de recebimento de material de fornecedores elaborada em conjunto com o gestor do contrato	100%	Agenda apresentada até o último dia útil do mês	Mensal	Agenda entregue por meio eletrônico e/ou impresso ao responsável pela gestão do contrato no Centro de Distribuição	Desconto de 1% do valor mensal do contrato no repasse seguinte
Perda de medicamentos por vencimento do prazo de validade por erro de movimentação sistêmica por parte da Contratada.	1%	Valor em nota dos medicamentos perdidos/Valor total em nota dos medicamentos recebidos no Centro de Distribuição	Semestral	Inventário geral semestral	Desconto do valor excedido no repasse seguinte
Perda de medicamentos por avarias e quebras nas movimentações físicas no armazém e transportes	0,1%	Valor em nota dos medicamentos perdidos/Valor total em nota dos medicamentos recebidos no Centro de Distribuição	Semestral	Inventário geral semestral	Desconto do valor excedido no repasse seguinte
Perda de medicamentos por falta de refrigeração adequada	0,00%	Valor em nota dos medicamentos perdidos/Valor total em nota dos medicamentos recebidos no Centro de Distribuição	Semestral	Inventário geral semestral	Desconto do valor excedido no repasse seguinte
Perda de medicamentos por diferenças de inventário (Faltas – Sobra). Acuracidade dos estoques de 99%.	1,0%	Valor em nota dos medicamentos perdidos/Valor total em nota dos medicamentos recebidos no Centro de Distribuição	Semestral	Inventário geral semestral	Desconto do valor excedido no repasse seguinte

25. IMPLANTAÇÃO

25.1 A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de início, nos termos da cláusula de vigência.

25.2. O prazo de até 90 (noventa) dias será destinado à implantação completa da estrutura logística e operacional exigida neste Termo de Referência, compreendendo a adequação integral do Centro de Distribuição, sistemas, fluxos operacionais e demais requisitos necessários à plena execução do objeto.

25.3. Durante o período de implantação, a execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, ainda que em regime de adaptação operacional progressiva, vedada a interrupção ou descontinuidade do atendimento.

25.4. O prazo de implantação poderá ser reduzido ou integralmente dispensado, desde que a Contratada comprove possuir estrutura física e operacional previamente instalada e apta ao atendimento integral das exigências contratuais, mediante validação da Administração.

25.5. A eventual dispensa ou redução do prazo de implantação dependerá de vistoria técnica prévia, destinada à verificação do atendimento integral às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

25.6. A decisão deverá ser motivada pela Administração, com base em critérios objetivos de eficiência, continuidade do serviço e interesse público, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

25.7. Durante o período de implantação, quando aplicável, a Secretaria realizará vistoria nas instalações da Contratada para verificação das condições exigidas neste Termo de Referência, sendo avaliados todos os aspectos relacionados à estrutura física, condições operacionais e adequação do imóvel destinado à armazenagem dos materiais.

OBS: O prazo descrito no item 25 e seus subitens não se aplica em caso de a empresa vencedora ser a mesma com contrato atual vigente.

26. VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A prestação dos serviços terá início em até 05 (cinco) dias contados da assinatura do contrato, pelo período de 15 (quinze) meses, prorrogáveis por iguais períodos até o limite legal do artigo 107 da Lei 14.133/2021.

27. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- Executar os serviços dentro dos melhores padrões técnicos.
- Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos em vigor no local de trabalho.
- Cumprir as Normas Regulamentadoras de Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho (NR).
- Atender as exigências da Portaria nº 1052, de 29/12/1998 – ANVISA-MS.
- Comprovar durante a prestação dos serviços, por meio de cópia autenticada a Licença de Funcionamento (Alvará Sanitário), atualizado, ou cadastramento definitivo da empresa proponente emitido por órgão da Vigilância Sanitária local.
- Apresentar cópia autenticada das Autorizações de Funcionamento e Autorizações Especiais de Funcionamento da empresa proponente para atender a Portaria 344/98-MS, emitidas pelo competente órgão do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- Treinar funcionários da Secretaria em todas as ferramentas e sistemas necessários para o acompanhamento do trabalho da contratada.
- Reservar espaço físico em seus locais de estoque e escritórios para funcionários da Secretaria em caráter permanente, de acordo com este Termo de Referência.
- Os veículos da contratada utilizados a serviço da Secretaria devem ser identificados, de acordo com orientação dos órgãos competentes e da Secretaria.
- Seguir o “Manual de Boas Práticas para Estocagem de Medicamentos” da Central de Medicamentos do Ministério da Saúde.
- Atender as exigências da Portaria nº 430 de 08/10/2020 -ANVISA - MS. Atender as exigências das Portarias 3.248/2020 e 6.940/2025 – ANVISA-MS.
- Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
- A Contratada deverá disponibilizar técnicos especializados e os recursos em quantidades suficientes e necessárias para a perfeita execução dos serviços de gestão logística das áreas envolvidas.
- Assumir integralmente a gestão e operacional do Centro de Distribuição, com funcionários próprios.
- Responsabilizar-se pela implantação de sistemas e infraestrutura de armazenagem e movimentação de materiais, tais como está descrito neste Termo de Referência.
- Implantar solução tecnológica, conforme previsto neste projeto.
- Responsabilizar-se por todo o material de consumo, necessário para execução da operação.
- Fornecer, sempre que solicitado pelo representante da Contratante, relatórios e informações sobre os serviços implantados.
- Facilitar a ação do representante da Contratante, provendo acesso aos serviços em execução e documentação, além de atender prontamente às observações e exigências por ele.
- Responsabilizar-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.
- Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante crachás com fotografia recente;
- Fornecer todo equipamento de segurança do trabalho aos seus empregados no exercício de suas funções;
- Realizar, por meio de responsável técnico especialmente designado, treinamentos e reciclagens periódicas aos empregados;
- Exercer controle no que se refere à assiduidade e a pontualidade de seus empregados;
- Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar, não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações das unidades da rede de saúde.
- Atender de imediato as solicitações da Contratante, quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.
- Manter o controle de vacinação, nos termos da legislação vigente, aos funcionários diretamente envolvidos na execução dos serviços.
- Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados.

28. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- Apoiar ações de implantação das fases do processo.
- Facilitar o fluxo de informações pertinentes ao processo e permitir acesso às instalações.
- Promover e facilitar a disponibilização das informações e de equipe para a realização da interface entre o seu sistema e os da Contratada.
- Será de responsabilidade da Contratante, a disponibilizar equipe técnica para os estudos e efetivação da interface do seu sistema com o da Contratada, disponibilizando as informações em arquivo digital, no formato “txt” e/ou “xls”.
- Utilizar os serviços do Proponente segundo o especificado em contrato.
- Informar sobre todos os aspectos relevantes dentro da Secretaria que afetem a operação.
- Trabalhar em conjunto com a Contratada.
- Fornecer informações referentes a processos de compra para cálculo de tempo de reposição, informando qualquer mudança nos processos imediatamente.
- Fornecer informações operacionais referentes à produtividade e qualquer mudança que afete a utilização de material ou medicamentos.
- Dispor de todas as informações para as interfaces de sistemas necessários e suficientes, para a completa administração dos materiais.
- Fornecer informações sobre software de gestão legado existente, para que a Contratada possa desenvolver as interfaces relevantes entre os sistemas de gestão de estoque da Contratada e o sistema de gestão legado.
- Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados e formalmente credenciados para tanto.
- Efetuar o controle de qualidade dos serviços prestados, mediante formulários de avaliação destinados para esse fim.
- Cumprir suas obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.
- Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela Contratada e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham de executar.
- Efetuar o pagamento do preço dos serviços no prazo pactuado.
- Designar funcionário que atuará como Gestor do Contrato no relacionamento e nas decisões a serem tomadas no dia a dia com a Contratada;

<ul style="list-style-type: none">• Acompanhar os serviços prestados pela Contratada, em especial o controle do recebimento regularidade/divergência dos medicamentos e materiais recebidos dos fornecedores.• Enviar solicitações para disponibilização de carga com antecedência mínima para que os materiais possam ser devidamente separados pela Contratada.
29. DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES
<ul style="list-style-type: none">• Para fins de cumprimento do previsto neste Termo de Referência e, ainda, com a qualidade na prestação dos serviços que a Secretaria necessita, a Contratada deverá cumprir as metas previstas no Edital.• O não cumprimento, por parte da Contratada, das metas estabelecidas e pactuadas neste Termo de Referência, ensejarão advertências e na sequência, as penalidades previstas no Edital.• Durante toda a vigência do contrato, a Contratada deverá manter e comprovar as vigências (técnica e financeira) das licenças e autorizações.
30. CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
<p>Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a fiscalização dos serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ordenar a imediata retirada do local, bem como substituição de funcionário da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.• Solicitar aos supervisores/encarregados da Contratada o reparo/correção de eventual imperfeição na execução dos serviços.• Examinar as Carteiras Profissionais dos prestadores de serviços, para comprovar o registro de função profissional.• Solicitar à Contratada a substituição do total ou parte de qualquer produto, material, recurso ou equipamento, cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades.
31. TÉRMINO OU RESCISÃO DO CONTRATO
<ul style="list-style-type: none">• Ao término do contrato ou na hipótese de sua rescisão, a contratada deve permitir que a Secretaria efetue a transferência de todo o material estocado nas instalações da contratada, auxiliando a Secretaria na organização e no empacotamento dos materiais, pelo prazo necessário à conclusão da transferência, garantindo a integridade dos materiais, sendo o custo da nova transferência de responsabilidade da Secretaria.• Ao término do contrato ou na hipótese de sua rescisão, a contratada deverá entregar a Secretaria todos os dados gerados durante a vigência do contrato, em formato a ser definido pela Secretaria.
32. DISPOSIÇÕES FINAIS
<ul style="list-style-type: none">• As novas unidades de atendimento e novos programas desenvolvidos pela Secretaria no decorrer da contratação e que demandarem atividades de "logística de material" poderão ser incorporados ao contrato, desde que, em comum acordo entre partes, sendo que seus custos serão classificados como extraordinários e/ou adicionais e repassados integralmente para o Contratante, conforme legislação.• Caso haja redução de unidades de abastecimentos, o responsável pela fiscalização do contrato deverá fazer uma readequação de quantitativos às necessidades de momento da Secretaria e/ou solicitar o realinhamento dos preços contratados.• Eventuais variações dos volumes previstos nos anexos deste edital serão objetos de aditamento, nos termos da legislação vigente.• O presente Termo de Referência, através dos seus anexos, apresenta todas as estimativas para a formação dos preços, dimensionamentos e demais informações técnicas e operacionais para a execução do objeto do contrato, entretanto, poderá a Contratada definir as reais necessidades das operações, vinculando-se ao cumprimento pleno do objeto e dos indicadores de performance.• Cabe à contratada executar os serviços dentro dos prazos ajustados, cumprindo os horários estabelecidos para atendimento.• A Contratada está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e criminalmente responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.• Mesmo após o término do contrato, qualquer divulgação de informações geradas estará sujeita à prévia autorização da Secretaria.
33. Identificação do responsável pela elaboração do TR (nome, CF, cargo)
<p>Nome: Danielle Alves Feitosa de Sousa</p> <p>Código funcional: 47.051</p> <p>Cargo: Chefe de Divisão Técnica</p> <p>E-mail: suprimentosguarulhos1@gmail.com</p> <p>Telefone com ramal: 2472-5000 (5907)</p>
<p>E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência</p>



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Alves Feitosa de Sousa, Chefe de Divisão Técnica**, em 05/05/2026, às 11:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_externo=0, informando o código verificador **4552000** e o código CRC **1C7C2F9A**.



Prefeitura Municipal de Guarulhos

SECRETARIA DA SAÚDE

SUBSECRETARIA DE GESTÃO EM SAÚDE

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA_CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS

1. Certificar se objeto a ser contratado é bem de consumo, e não se enquadra como bem de luxo:

() Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública são de qualidade comum, não superior à necessidade para cumprir as finalidades às quais se destinam e se enquadra como bem comum conforme Decreto Municipal 40915/24.

() Os itens se enquadram como bem de luxo conforme Decreto Municipal 40915/24

(X) Não se aplica, pois não se trata de bem de consumo.

2. Condições de contratação

2.1. Condições adicionais para emissão de ordem de início:

() Não se aplicam. (Se for exigida apresentação de responsável técnico, para emissão da ordem de início deverá ser comprovado o vínculo, conforme condições da súmula 25 do TCE/SP. Essa verificação é de responsabilidade da unidade emissora da ordem de início.)

(X) Sim, especificar: Em caso de transição de estoque, a empresa contratada deverá ter de forma organizada, devidamente etiquetados, organizados e inventariados todos os itens aproximadamente 1.500 SKU'S em até 05 dias.

2.2. Local e condições de entrega ou execução:

Município de Guarulhos **ou região**.

2.3. Reajustamento (indicação **obrigatória**, independente do prazo de duração do ajuste - § 7º, art. 25, Lei 14.133/21):

(X) IPCA-IBGE, conforme art.1 do Decreto Municipal nº 23124/05

() Índice específico de obras, conforme art.2º do Decreto Municipal nº 23124/05.

Especificar: ____

() Outro, especificar: _____

2.4. Prazo para substituição de produto ou refazimento de serviços (quando constatada irregularidade):

() até 05 (cinco) dias úteis

(X) Outro, indicar: Solicitar à Contratada a substituição **no máximo em quatro (4) horas** do total ou parte de qualquer produto, material, recurso ou equipamento, cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendem às necessidades.

3. Obrigações das partes:

Conforme consta no TR:

3.1 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- Executar os serviços dentro dos melhores padrões técnicos;
- Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos em vigor no local de trabalho.
- Cumprir as Normas Regulamentadoras de Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho (NR).
- Atender as exigências da Portaria nº 1052, de 29/12/1998 – ANVISA-MS.
- Comprovar durante a prestação dos serviços, por meio de cópia autenticada a Licença de Funcionamento (Alvará Sanitário), atualizado, ou cadastramento definitivo da empresa proponente emitido por órgão da Vigilância Sanitária local.
- Apresentar cópia autenticada das Autorizações de Funcionamento e Autorizações Especiais de Funcionamento da empresa proponente para atender a Portaria 344/98-MS, emitidas pelo competente órgão do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- Treinar funcionários da Secretaria em todas as ferramentas e sistemas necessários para o acompanhamento do trabalho da contratada.
- Reservar espaço físico em seus locais de estoque e escritórios para funcionários da Secretaria em caráter permanente, de acordo com este Termo de Referência.
- Os veículos da contratada utilizados a serviço da Secretaria devem ser identificados, de acordo com orientação dos órgãos competentes e da Secretaria.
- Seguir o “Manual de Boas Práticas para Estocagem de Medicamentos” da Central de Medicamentos do Ministério da Saúde.
- Atender as exigências da Portaria nº 430 de 08/10/2020 -ANVISA - MS. Atender as exigências das Portarias 3.248/2020 e 6.940/2025 – ANVISA-MS.
- Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
- A Contratada deverá disponibilizar técnicos especializados e os recursos em quantidades suficientes e necessárias para a perfeita execução dos serviços de gestão logística das áreas envolvidas.
- Assumir integralmente a gestão e operacional do Centro de Distribuição, com funcionários próprios.
- Responsabilizar-se pela implantação de sistemas e infraestrutura de armazenagem e movimentação de materiais, tais como está descrito neste Termo de Referência.
- Implantar solução tecnológica, conforme previsto neste projeto.

- Responsabilizar-se por todo o material de consumo, necessário para execução da operação.
- Fornecer, sempre que solicitado pelo representante da Contratante, relatórios e informações sobre os serviços implantados.
- Facilitar a ação do representante da Contratante, provendo acesso aos serviços em execução e documentação, além de atender prontamente às observações e exigências por ele.
- Responsabilizar-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.
- Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante crachás com fotografia recente;
- Fornecer todo equipamento de segurança do trabalho aos seus empregados no exercício de suas funções;
- Realizar, por meio de responsável técnico especialmente designado, treinamentos e reciclagens periódicas aos empregados;
- Exercer controle no que se refere à assiduidade e a pontualidade de seus empregados;
- Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar, não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações das unidades da rede de saúde.
- Atender de imediato as solicitações da Contratante, quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.
- Manter o controle de vacinação, nos termos da legislação vigente, aos funcionários diretamente envolvidos na execução dos serviços.
- Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados.

3.2 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- Apoiar ações de implantação das fases do processo.
- Facilitar o fluxo de informações pertinentes ao processo e permitir acesso às instalações.
- Promover e facilitar a disponibilização das informações e de equipe para a realização da interface entre o seu sistema e os da Contratada.
- Será de responsabilidade da Contratante, a disponibilizar equipe técnica para os estudos e efetivação da interface do seu sistema com o da Contratada, disponibilizando as informações em arquivo digital, no formato “txt” e/ou “xls”.
- Utilizar os serviços do Proponente segundo o especificado em contrato.

- Informar sobre todos os aspectos relevantes dentro da Secretaria que afetem a operação.
- Trabalhar em conjunto com a Contratada.
- Fornecer informações referentes a processos de compra para cálculo de tempo de reposição, informando qualquer mudança nos processos imediatamente.
- Fornecer informações operacionais referentes à produtividade e qualquer mudança que afete a utilização de material ou medicamentos.
- Dispor de todas as informações para as interfaces de sistemas necessários e suficientes, para a completa administração dos materiais.
- Fornecer informações sobre software de gestão legado existente, para que a Contratada possa desenvolver as interfaces relevantes entre os sistemas de gestão de estoque da Contratada e o sistema de gestão legado.
- Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados e formalmente credenciados para tanto.
- Efetuar o controle de qualidade dos serviços prestados, mediante formulários de avaliação destinados para esse fim.
- Cumprir suas obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.
- Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela Contratada e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham de executar.
- Efetuar o pagamento do preço dos serviços no prazo pactuado.
- Designar funcionário que atuará como Gestor do Contrato no relacionamento e nas decisões a serem tomadas no dia a dia com a Contratada;
- Acompanhar os serviços prestados pela Contratada, em especial o controle do recebimento regularidade/divergência dos medicamentos e materiais recebidos dos fornecedores.
- Enviar solicitações para disponibilização de carga com antecedência mínima para que os materiais possam ser devidamente separados pela Contratada.

4. Modelo de gestão e execução contratual (inciso XVIII, art. 92 da Lei 14.133/21):

A gestão e fiscalização do contrato será conduzida por servidores formalmente designados, ao longo de todo o seu ciclo de vida, com foco no cumprimento das obrigações contratuais, no controle das entregas e na garantia do abastecimento da rede de saúde.

O Gestor será responsável por coordenar a execução, validar a documentação e registrar ocorrências. Os fiscais técnico e administrativo acompanharão a conformidade dos produtos e a regularidade dos documentos fiscais.

Serão utilizados relatórios de entrega, planilhas de controle e registros eletrônicos do sistema da empresa logística.



ANEXO III -A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade:

O Município de Guarulhos através da Secretaria Municipal de Saúde, tem por objetivo de acordo com a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, do Sistema Único de Saúde (SUS) a prestação de assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas, estando incluída neste campo de atuação do SUS, a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica. Assim, as ações de Assistência Farmacêutica são destinadas a complementação e apoio das ações de atenção à saúde, sendo parte integrante e essencial em todos os níveis de complexidade. A Assistência Farmacêutica, definida pela Resolução nº 338, de 06 de maio de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, compreende um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tendo o medicamento como insumo essencial, visando o acesso e seu uso racional.

O objetivo da presente contratação é propiciar um maior controle de qualidade nos projetos logísticos de armazenagem, transporte e dispensação dos medicamentos para as unidades de saúde e pacientes para o programa de entregas em domicílio, conforme dispõe as normas e boas práticas na distribuição, armazenagem e transporte de medicamentos, contidos na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 430/2020, alterada pela RDC Nº 653, DE 24 DE MARÇO DE 2022. O presente Estudo refere-se à necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, em razão da inexistência de armazém próprio, frota própria para a realização deste serviço.

2. Histórico:

A demanda por esse serviço tem sido atendido, no âmbito desta Municipalidade, por meio do contrato 033901/2020 – DLC, processo administrativo 43031/2019, cujo objeto é a prestação de serviço de especializado de gestão e operação logística, incluindo fornecimento de infraestrutura, mobiliário e recursos técnicos e operacionais especializado para gestão e operação de Centro de Distribuição, compreendendo as atividades de recebimento, armazenagem, separação, distribuição, controle de estoque e transporte de materiais médicos hospitalares, correlatos, medicamentos e demais produtos da área da saúde, além do sistema informatizado.

2.1. Tem contrato ou ata de registro de preços vigente?

Sim, contrato vigente contrato 033901/2020 – DLC, processo administrativo 43031/2019, com vencimento até 11 de dezembro de 2026.

O contrato já foi prorrogado?

☒ (X) Sim, até 11/12/2026

☐ () Não

☐ () Sim ARP nº _____, vencimento: ____/____/____, saldo da ata: _____

A ata já foi prorrogada?

☐ () Sim, até __/__/__

☒ (X) Não, há interesse, pois foi atingido limite legal.

☐ () Não há contrato/ ata vigente.

2.2. Há interesse em prorrogar contrato ou ata vigente?

☐ Sim, por igual período

☐ Sim, por ____ meses, com cláusula resolutiva, mediante conclusão de contratação através do Processo ____.

☒ Não, o contrato já atingiu seu limite.

2.3. Informações sobre estoque existente:

☒ Não se aplica, pois trata-se de prestação de serviços

☐ Não se aplica, pois não é um produto estocável

☐ Sim, conforme especificado abaixo:

—

3. Soluções existentes no mercado:

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar e avaliar todas as soluções possíveis para atendimento da demanda de logística farmacêutica do Município, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e legais.

A partir da análise do problema apresentado no DFD — consistente na necessidade de garantir armazenagem adequada, controle de estoque, rastreabilidade, transporte e distribuição de medicamentos e insumos de saúde — foram identificadas as seguintes alternativas:

3.1. Execução direta pela Administração Pública

Esta alternativa consistiria na internalização integral dos serviços, mediante estruturação de Centro de Distribuição próprio, aquisição de equipamentos, sistemas e constituição de equipe técnica.

Análise:

- a. Necessidade de investimento elevado em infraestrutura (imóvel, câmaras frias, sistemas WMS, equipamentos logísticos);
- b. Necessidade de contratação de equipe técnica especializada (farmacêuticos, operadores logísticos, motoristas, equipe administrativa);
- c. Incidência de despesas permanentes com pessoal, sujeitas aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- d. Elevado tempo de implantação, incompatível com a urgência da demanda;
- e. Risco operacional elevado, considerando a complexidade da logística farmacêutica e exigências sanitárias (RDC ANVISA nº 430/2020 e nº 653/2022).

Conclusão: Alternativa inviável técnica, econômica e juridicamente, especialmente diante das restrições fiscais e da ausência de estrutura pré-existente.

3.2. Locação de imóvel + estruturação própria da operação

Consiste na locação de imóvel para funcionamento de Centro de Distribuição, com estruturação da operação pela própria Administração.

Análise:

- a. Redução parcial do investimento inicial (sem aquisição de imóvel), porém manutenção de:
- b. custos elevados com adaptação sanitária e estrutural;

- c. aquisição de equipamentos e sistemas especializados;
- d. necessidade de contratação de pessoal técnico;
- e. Incidência continuada de despesas com pessoal (LRF);
- f. Necessidade de múltiplas contratações (fragmentação: sistemas, transporte, armazenagem, RH);
- g. Maior complexidade de gestão contratual e operacional;
- h. Risco de ineficiência por ausência de expertise logística especializada.

Conclusão: Alternativa tecnicamente possível, porém economicamente ineficiente e operacionalmente arriscada, não recomendada.

3.3. Contratação segmentada (armazenagem, transporte e sistemas separados)

Consiste na realização de múltiplas contratações distintas para cada etapa da cadeia logística.

Análise:

Possível aumento da competitividade em cada segmento;

Contudo:

- a. perda de integração entre sistemas e operações;
- b. aumento do risco de falhas operacionais (interfaces);
- c. maior custo administrativo (múltiplos contratos);
- d. dificuldade de responsabilização por falhas;
- e. perda de ganho de escala;

Não aderente às melhores práticas de mercado para logística farmacêutica integrada.

Conclusão: Alternativa menos eficiente e com maior risco operacional, não recomendada.

3.4. Contratação integrada de operador logístico especializado

Consiste na contratação de empresa especializada para execução integrada dos serviços logísticos, incluindo infraestrutura, sistemas, armazenagem e transporte.

Análise:

Modelo amplamente adotado por outros entes públicos (benchmarking);

Permite:

- a. centralização da operação logística;
- b. integração sistêmica (WMS + distribuição);
- c. rastreabilidade completa;
- d. maior controle e eficiência;
- e. Transferência de riscos operacionais à contratada;
- f. Redução de custos indiretos e administrativos;

- g. Não gera impacto direto com despesa de pessoal (LRF);
- h. Implantação mais célere;
- i. Maior aderência às exigências sanitárias.

Conclusão: Alternativa mais eficiente, econômica e segura, sendo a mais vantajosa para a Administração Pública.

3.5. Parcerias institucionais ou compartilhamento com outros entes

Hipótese de utilização de estruturas logísticas de outros entes públicos (Estado, consórcios, etc.).

Análise:

Baixa viabilidade prática:

- a. ausência de estrutura disponível compatível;
- b. incompatibilidade de demanda e escala;
- c. limitação de governança e controle;

Risco de dependência externa para atividade essencial.

Conclusão: Alternativa inviável do ponto de vista operacional e administrativo.

4. Relação de dependência com o contrato:

O contrato vigente 033901/2020, Processo 43031/2019, foi prorrogado excepcionalmente até 11 de dezembro de 2026, com cláusula resolutiva, sendo necessário seu encerramento quando a conclusão do processo licitatório.

5. Critério de Sustentabilidade:

Por se tratar de contratação que visa prestação de transporte através de veículos automotores, há de se ter atenção aos prejuízos que podem ser causados à qualidade do ar. Portanto, esta equipe de planejamento utilizou-se o Guia de Contratações Sustentáveis - AGU/2020 para os construção das obrigações da contratada quanto aos critérios de sustentabilidade deste objeto.

6. Estimativa do valor da contratação:

Estima-se que o valor total para contratação para 15 (quinze) meses é de R\$ 25.305.374,13

As estimativas das quantidades foram devidamente justificadas no item anterior, pois a metodologia utilizada e demonstrada para esta solução, embasa-se no quantitativo a ser utilizado.

Para o serviço de armazenagem itens 1,2,3, os valores apresentados abaixo para estimar a contratação, foram formados a partir dos valores do contrato vigente da Prefeitura de Guarulhos, considerando atualização monetária.

Considerando o contrato vigente da Prefeitura de Guarulhos, considerando os acréscimos de quantitativos e atualização monetária, temos o valor para os itens que compõe a armazenagem em R\$ 702.276,89.

Referências com base no contrato 033901/2020 – DLC

Especificação dos Serviços	Valor Atual		Valor unitário	Valor com Acréscimo de Posição Paleta		Inflação Dez/2025 em 5%
	Valor Mensal	P.P Atual		Acréscimo de Qtde.	Valor Mensal	

Serviços de Armazenagem	R\$ 159.264,29	2000	R\$ 79,63	3100	R\$ 246.853,00	R\$ 259.195,65
Serviços de Controle de Estoque	R\$ 36.998,47	2000	R\$ 18,499235	3100	R\$ 57.347,63	R\$ 60.215,01
Serviços de Separação e Expedição	R\$ 59.103,17	2000	R\$ 29,55	3100	R\$ 91.609,91	R\$ 96.190,41
Fornecimento de Equipamento Especializada	R\$ 176.144,90	2000	R\$ 88,07245	3100	R\$ 273.024,60	R\$ 286.675,82

Já para o serviço de transporte, itens 4,5,6, foi considerando a inclusão das entregas domiciliares, em pesquisa de referência de preços foi considerado a tabela referencial da NTC & Logística a tabela referencial de custo de junho/2025, sendo considerado o valor da diária do veículo TRUCK em R\$ 1.307,37, mais seguro da carga em 0,30% (roubo, furto e desaparecimento), 0,30% seguro obrigatório RCTR-C, e GRIS 0,30%, sobre o valor da mercadoria transportada.

A estimativa de entrega por veículos é de 4 para as unidades de saúde e de 15 entregas para as domiciliares, com estimativa dos valores unitários conforme tabela abaixo e valor total mensal em R\$ 649.033,77.

Serviços de Distribuição	273	4095	R\$ 532,89	R\$ 145.477,61
Serviços de Distribuição: (Complementares)	98	1470	R\$ 692,75	R\$ 67.889,50
Logística de separação, embalagens e entregas domiciliar	5000	75000	R\$ 87,13	R\$ 435.666,67

Já para o item 6, o valor de referência está em R\$ 335.714,28, considerando a quantidade de recursos humanos, encargos e etc, conforme quadro abaixo a seguir:

Gestão Logística nas UBS, visando a eficiência no fluxo de materiais e insumos essenciais para o funcionamento adequado nas unidades da saúde com ressuprimentos automático pelo Centro e Distribuição, com disponibilização de sistema informatizado e treinamentos	15	R\$ 335.714,28
--	----	----------------

Contudo estima-se que o valor total para contratação para 15 (quinze) meses é de R\$ 25.305.374,13, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quantidade Mensal/Unidades	Quantidade Total (15 Meses)	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total (15 meses)
------	-----------	----------------------------	-----------------------------	----------------	--------------	------------------------

1	Serviços de Armazenagem: que deve considerar todos os custos com instalações físicas, impostos sobre instalações, despesas operacionais, manutenção e conservação, investimentos e despesas com estruturas de armazenagem, estrutura administrativa, taxa de administração da contratada, impostos e todas as demais despesas para o fornecimento de serviços, área de unitarização e seus equipamentos, inclusive fornecimento de equipe especializada, conforme especificações do Termo de Referência e dos demais anexos.	MÊS	15	R\$	R\$	R\$
				355.773,47	355.773,47	5.336.602,05

2	<p>Serviços de Controle de Estoques: que deve considerar todos os custos com sistemas de tecnologia da informação do tipo WMS (para gestão de armazéns) ou similar, equipamentos de movimentação (empilhadeiras e carros hidráulicos), seguros contra roubo qualificado, insumos, material para realização de inventários, taxa de administração da contratada, impostos e todas as demais despesas para o fornecimento de serviços conforme especificações do Termo de Referência e dos demais anexos.</p>	MÊS	15	R\$ 155.694,79	R\$ 155.694,79	R\$ 2.335.421,85
---	---	-----	----	-------------------	-------------------	---------------------

3	<p>Serviços de Separação e Expedição: que deve considerar todos os custos com sistemas de tecnologia da informação, infraestrutura, redes sem fio, coletores de dados via rádio frequência, insumos, servidores de dados, taxa de administração da contratada, impostos e todos os demais equipamentos, assim como material para realização de inventários e todas as demais despesas para o fornecimento de serviços conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos.</p>	MÊS	15	R\$ 190.808,63	R\$ 190.808,63	R\$ 2.862.129,45
---	---	-----	----	-------------------	-------------------	---------------------

4	<p>Serviços de Distribuição: que deve considerar todos os custos com sistemas de tecnologia da informação, veículos refrigerados, seguros, manutenção, combustíveis, taxa de administração da contratada, impostos e todas as demais despesas para o fornecimento de serviços nas Unidades da Secretaria Municipal da Saúde, conforme especificações do Termo de Referência e anexos. (Contratado)</p>	273	4095	R\$ 532,89	R\$ 145.477,61	R\$ 2.182.164,08
---	--	-----	------	------------	-------------------	---------------------

5	<p>Serviços de Distribuição: que deve considerar todos os custos com sistemas de tecnologia da informação, veículos refrigerados, seguros, manutenção, combustíveis, taxa de administração da contratada, impostos e todas as demais despesas para o fornecimento de serviços nas Unidades da Secretaria Municipal da Saúde, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos (Complementares)</p>	98	1470	R\$ 692,75	R\$ 67.889,50	R\$ 1.018.342,50
---	--	----	------	------------	---------------	------------------

6	Gestão Logística nas UBS, visando a eficiência no fluxo de materiais e insumos essenciais para o funcionamento adequado nas unidades da saúde com ressurgimento automático pelo Centro e Distribuição, com disponibilização de sistema informatizado e treinamentos	MÊS	15	R\$ 335.714,28	R\$ 335.714,28	R\$ 5.035.714,20
7	Logística de separação, embalagens e entregas domiciliar	5000	75000	R\$ 87,13	R\$ 435.666,67	R\$ 6.535.000,00
Valor Total (Mensal:					R\$ 1.687.024,94	R\$ 25.305.374,13
Valor Total (15 meses)						R\$ 25.305.374,13

7. Levantamento e análise de riscos:

EVENTO	CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE DA OCORRÊNCIA	IMPACTO	RESPONSÁVEL DO RISCO	MEDIDAS MITIGATÓRIAS
01 - Alteração da forma de tributação das empresas.	Impacto orçamentário do valor contratado	ALTA	ALTA	Contratante	Aditivo de contrato para reequilíbrio físico-financeiro.
02 - Variação na demanda por medicamentos.	Necessidade de alteração quantitativa do contrato.	MÉDIO	MÉDIO	Contratada e Contratante	Seguro contratado pela empresa.

03 - Variação nos números de unidades de saúde que recebem medicamentos da Prefeitura.	Necessidade de alteração quantitativa do contrato.	BAIXO	BAIXO	Contratada e Contratante	Atuação conjunta para ajustar dinâmica de entregas e evitar aumento de estoque.
04 - Dificuldade de implantar a unitarização por resistência da equipe das unidades de saúde.	Atraso na implantação	BAIXO	BAIXO	Contratante	Acompanhamento da transição com inventário assistido.
05 - Alteração na legislação sanitária exigindo processos mais complexos para armazenagem, fracionamento de medicamentos e insumos.	Aumento dos custos para fornecimento do serviço contratado.	MÉDIO	MÉDIO	Contratada e Contratante	Convencer lideranças hospitalares e revisar cronograma de implantação.

8. Definição do objeto:

Constitui objeto da presente licitação a contratação de serviços especializados de gestão e operação logística, incluindo a disponibilização de infraestrutura, mobiliário e recursos técnicos e operacionais especializado para gestão e operação de Centro de Distribuição, compreendendo as atividades de recebimento, conferência, armazenamento, separação, distribuição, controle de estoque e transporte para unidades de saúde e entregas domiciliar de materiais médico-hospitalares, correlatos, medicamentos e demais produtos da área da saúde, além de disponibilização de sistema informatizado.

Na fase de estudo para planejamento da contratação, foram utilizados como base os contratos atualmente vigentes no Município de Guarulhos, bem como outros termos de referências de contratações realizadas no âmbito público e de saúde. Atualmente a Prefeitura de Guarulhos não dispõe de infraestrutura, mão de obra especialidade, sistemas para realização direta da gestão de estoque e transporte dos insumos farmacêuticos para as unidades de saúde.

Em análise as soluções mercadológicas foram identificadas que municípios e estados adotam o modelo de contratação de operação logístico especialização no segmento farmacêutico para prestação dos serviços, integrando em única contratação os serviços de armazenagem e transporte, garantindo centralização das informações, maior controle e gestão dos insumos movimentos, aproveitamento de recursos (equipamentos e recursos humanos), dentre outros. Para o serviço de armazenagem em análise de mercado a remuneração é pela disponibilidade da infraestrutura, que inclui sistema, equipamentos, recursos humanos dentre outros. Além disto observa-se que remuneração separada para movimentação de carga, de acordo com o volume de separação e expedição de cada projeto.

Já para os serviços de distribuição habitualmente o modelo de remuneração é por peso ou por entrega para operações com característica de múltiplos locais de entrega com utilização do mesmo veículo.

Considerando que o modelo de remuneração por entrega já é um modelo adotado no contrato vigente entendemos para manutenção deste modelo para o futuro contrato.

CONCLUSÃO: Diante da análise das alternativas, verifica-se que a contratação integrada de operador logístico especializado é a única solução capaz de atender, de forma simultânea:

- a. à continuidade do serviço público de saúde;
- b. às exigências sanitárias e de rastreabilidade;
- c. à eficiência operacional;
- d. à economicidade;
- e. e às restrições fiscais impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

9. Justificativa de escolha da solução:

Considerando que a Prefeitura de Guarulhos não dispõe de imóvel próprio com capacidade adequada para suportar a operação logística prevista, e que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe limites e restrições à realização de despesas e ao aumento de estrutura pública, a solução adotada — exigir que a Contratada disponibilize, às suas expensas, um Centro de Distribuição (CD) no município de Guarulhos ou região — é a mais adequada pelos seguintes motivos:

- Conformidade legal e fiscal: evita aumento de gastos de capital ou ampliação de estrutura pública que poderiam conflitar com a LRF, preservando a responsabilidade fiscal do ente público.
- Disponibilidade operacional imediata: a exigência de CD em Guarulhos/região garante proximidade logística, reduzindo tempos de transporte e assegurando atendimento em horário comercial.
- Transferência de riscos e responsabilidades: a Contratada assume conservação predial, reparos, limpeza, higiene e manutenção das condições sanitárias e de armazenagem, reduzindo riscos administrativos e operacionais para a Prefeitura.
- Garantia de condições técnicas e de segurança: ao responsabilizar a Contratada por mobiliário, equipamentos de movimentação, estruturas de armazenagem, segurança patrimonial e pessoal e insumos, assegura-se que o CD atenderá requisitos técnicos, de segurança e de conservação dos materiais.
- Eficiência econômica: a solução evita investimentos públicos em imóveis e equipamentos, repassando custos fixos à Contratada e possibilitando contratação por resultado/serviço, com maior previsibilidade orçamentária.
- Flexibilidade contratual e operacional: permite ajustar capacidade e localidade conforme necessidade, sem onerar a malha patrimonial municipal.

A **solução adotada** mostra-se não apenas viável, mas superior às demais alternativas analisadas no levantamento de mercado, **especialmente quanto à eficiência operacional, mitigação de riscos e racionalização de custos administrativos, configurando-se como a opção mais vantajosa para a Administração**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10. Previsão no plano de contratação anual (PCA)

Sim,

☒ (X) Conforme PCA

☐ () De acordo com o planejamento da unidade e lei orçamentária anual

☐ () Não, justificar:

11. Estimativas de quantidades:

Para mensuração dos quantitativos foi levado em consideração o estudo estatístico dos quantitativos pactuados por meio do contrato anterior.

O cálculo foi feito baseando-se nos quantitativos do último ano e perspectiva de crescimento, com planejamento de abertura de novas unidades de saúde.

Considerou-se os possíveis aumentos e diminuições de demandas ao longo da execução contratual, temos os seguintes quantitativos estimados:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quantidade Mensal/Unidades	Quantidade Total (15 Meses)
------	-----------	----------------------------	-----------------------------

1	Serviços de Armazenagem: que deve considerar todos os custos com instalações físicas, impostos sobre instalações, despesas operacionais, manutenção e conservação, investimentos e despesas com estruturas de armazenagem, estrutura administrativa, taxa de administração da contratada, impostos e todas as demais despesas para o fornecimento de serviços, área de unitarização e seus equipamentos, inclusive fornecimento de equipe especializada, conforme especificações do Termo de Referência e dos demais anexos.	MÊS	15
2	Serviços de Controle de Estoques: que deve considerar todos os custos com sistemas de tecnologia da informação do tipo WMS (para gestão de armazéns) ou similar, equipamentos de movimentação (empilhadeiras e carros hidráulicos), seguros contra roubo qualificado, insumos, material para realização de inventários, taxa de administração da contratada, impostos e todas as demais despesas para o fornecimento de serviços conforme especificações do Termo de Referência e dos demais anexos.	MÊS	15
3	Serviços de Separação e Expedição: que deve considerar todos os custos com sistemas de tecnologia da informação, infraestrutura, redes sem fio, coletores de dados via rádio frequência, insumos, servidores de dados, taxa de administração da contratada, impostos e todos os demais equipamentos, assim como material para realização de inventários e todas as demais despesas para o fornecimento de serviços conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos.	MÊS	15
4	Serviços de Distribuição: que deve considerar todos os custos com sistemas de tecnologia da informação, veículos refrigerados, seguros, manutenção, combustíveis, taxa de administração da contratada, impostos e todas as demais despesas para o fornecimento de serviços nas Unidades da Secretaria Municipal da Saúde, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos. (Contratado)	273	4095
5	Serviços de Distribuição: que deve considerar todos os custos com sistemas de tecnologia da informação, veículos refrigerados, seguros, manutenção, combustíveis, taxa de administração da contratada, impostos e todas as demais despesas para o fornecimento de serviços nas Unidades da Secretaria Municipal da Saúde, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos (Complementares)	98	1470
6	Gestão Logística nas UBS, visando a eficiência no fluxo de materiais e insumos essenciais para o funcionamento adequado nas unidades da saúde com ressurgimento automático pelo Centro e Distribuição, com disponibilização de sistema informatizado e treinamentos	MÊS	15
7	Logística de separação, embalagens e entregas domiciliar	5000	75000

12. Justificativa para o parcelamento, agrupamento e subcontratação:

() Parcelamento (item), conforme justificativa abaixo:

—

(X) Agrupamento (não parcelamento - formação de grupos/lotes), conforme justificativa e agrupamento definido abaixo.

AGRUPAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação contempla a prestação de serviços logísticos destinados a atender às necessidades das unidades administrativas vinculadas a esta Secretaria.

O agrupamento dos itens em um único processo licitatório mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajoso, pelos seguintes fundamentos:

I – Economia de escala: A aquisição conjunta possibilita maior poder de negociação junto ao mercado fornecedor, com potencial redução dos preços unitários em razão do volume global contratado, em observância ao princípio da economicidade.

II – Padronização e eficiência operacional: A definição de especificações técnicas uniformes (eficiência energética, tecnologia inverter, utilização de gás refrigerante ambientalmente adequado, garantia mínima e requisitos de instalação) favorece a padronização dos equipamentos, facilitando a manutenção preventiva e corretiva, a reposição de peças e a gestão contratual.

III – Racionalização administrativa: A condução de processo único reduz custos administrativos relacionados à instrução processual, análise jurídica, publicações oficiais, formalização contratual e fiscalização, promovendo maior eficiência na gestão pública.

IV – Viabilidade competitiva: O mercado fornecedor demonstra ampla capacidade de atendimento ao objeto de forma conjunta, não havendo indícios de restrição à competitividade. O agrupamento não impõe exigências desproporcionais, estando compatível com a prática mercadológica.

Subcontratação:

(X) Sim, conforme item(ns)/serviço(s) e porcentagem a ser subcontratada descrita abaixo:

-Até 25%.

() Não poderão ser subcontratada.

13. Legislação sobre o assunto:

RDCs Nsº 306/04, 430/20 e 653/22, Resolução Conama: N.º 1 e 08 de 1993; Nº 17/95; Nº 18/86; N.º 242/98; N.º 272/2000; N.º 358/05; N.º 418/2009 e N.º 490/2018; e Lei 14.133/2021.

14. Premissas técnicas:

A contratação mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico, conforme demonstrado no presente Estudo Técnico Preliminar, especialmente diante da inexistência de estrutura própria, da complexidade da operação logística farmacêutica e da análise comparativa das alternativas de mercado, que evidenciou a contratação integrada como solução mais eficiente e vantajosa.

15. Padronização:

Os itens a serem armazenados são padronizados pelas comissões técnicas do município de Guarulhos.

16. Indicação de Marca ou Modelo:

Não se aplica

17. Atividade Acessória:

Não se aplica

18. Bens de luxo:

() Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública são de qualidade comum, não superior à necessidade para cumprir as finalidades às quais se destinam e se enquadra como bem comum conforme Decreto Municipal 40915/24.

() Os itens se enquadram como bem de luxo conforme Decreto Municipal 40915/24

(X) Não se aplica, pois não se trata de bem de consumo.

19. Princípio da segregação de funções

As funções são divididas em planejamento, condução da licitação e gestão do contrato, garantindo mais controle e transparência (artigos 5º e 7º da Lei 14133/2021).

(X) Sim, atende os princípios da segregação de função.

() Não, conforme justificativa abaixo:

20. Mapa de risco (matriz de risco), referente a solução escolhida, acerca das ocorrências na contratação:

EVENTO	CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE DA OCORRÊNCIA	IMPACTO	RESPONSÁVEL DO RISCO	MEDIDAS MITIGATÓRIAS
01 - Alteração da forma de tributação das empresas.	Impacto orçamentário do valor contratado	ALTA	ALTA	Contratante	Aditivo de contrato para reequilíbrio físico-financeiro.
02 - Variação na demanda por medicamentos.	Necessidade de alteração quantitativa do contrato.	MÉDIO	MÉDIO	Contratada e Contratante	Seguro contratado pela empresa.
03 - Variação nos números de unidades de saúde que recebem medicamentos da Prefeitura.	Necessidade de alteração quantitativa do contrato.	BAIXO	BAIXO	Contratada e Contratante	Atuação conjunta para ajustar dinâmica de entregas e evitar aumento de estoque.
04 - Dificuldade de implantar a unitarização por resistência da equipe das unidades de saúde.	Atraso na implantação	BAIXO	BAIXO	Contratante	Acompanhamento da transição com inventário assistido.
05 - Alteração na legislação sanitária exigindo processos mais complexos para armazenagem, fracionamento de medicamentos e insumos.	Aumento dos custos para fornecimento do serviço contratado.	MÉDIO	MÉDIO	Contratada e Contratante	Convencer lideranças hospitalares e revisar cronograma de implantação.

21. Identificação do responsável pela elaboração do ETP (nome, CF, cargo):

Nome: Danielle Alves Feitosa de Sousa

Código funcional: 47.051

Cargo: Chefe de Divisão Técnica

E-mail: suprimentosguarulhos1@gmail.com

Telefone com ramal: 2472-5000 (5907)

E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência.



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Alves Feitosa de Sousa, Chefe de Divisão Técnica**, em 30/04/2026, às 10:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4516859** e o código CRC **7B82A33B**.



ANEXO IV

MINUTA TERMO DE CONTRATO



Contrato de Prestação de Serviços

* MINUTA DE DOCUMENTO

Nº.

/2026

CONTRATADA:

CÓDIGO:

PROCESSO: 1111.2026/0025151-4

OBJETO: Serviços especializados de gestão e operação logística, incluindo a disponibilização de infraestrutura, mobiliário e recursos técnicos e operacionais especializado para gestão e operação de Centro de Distribuição, compreendendo as atividades de recebimento, conferência, armazenamento, separação, distribuição, controle de estoque e transporte para unidades de saúde e entregas domiciliar de materiais médico-hospitalares, correlatos, medicamentos e demais produtos da área da saúde, além de disponibilização de sistema informatizado.

1. PREÂMBULO

1.1 PARTES: MUNICÍPIO DE GUARULHOS, com sede à Av. Bom Clima, 91 - Jd. Bom Clima – Guarulhos/SP, inscrito no CNPJ sob nº. 46.319.000/0001-50, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado pelo **Secretário da Saúde, Sr. _____**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida à _____ - CEP _____, **Fone: (____) _____**, **e-mail: _____**, neste ato representada pelo signatário ao final identificado, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, ficando as partes subordinadas às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e alterações, e condições constantes deste contrato.

1.2 FUNDAMENTO: Este contrato decorre de homologação, pela autoridade competente, de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº _____-SFIL**, que se acha juntada ao processo supracitado.

2. DESCRIÇÃO E CONDIÇÕES

2.1 NATUREZA DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços especializados de gestão e operação logística, incluindo a disponibilização de infraestrutura, mobiliário e recursos técnicos e operacionais especializado para gestão e operação de Centro de Distribuição, compreendendo as atividades de recebimento, conferência, armazenamento, separação, distribuição, controle de estoque e transporte para unidades de saúde e entregas domiciliar de materiais médico-hospitalares, correlatos, medicamentos e demais produtos da área da saúde, além de disponibilização de sistema informatizado., conforme quadro abaixo e **Termo de Referência**.

GRUPO ÚNICO CATSER 27685					
Item	Quant.	Unid.	Descrição do(s) Serviço(s)	Valor Unitário	Valor Total
01	15	Mês	Serviço de Armazenagem Quant. estimada mensal: 1	R\$	R\$
02	15	Mês	Serviço de controle de estoque Quant. estimada mensal: 1	R\$	R\$
03	15	Mês	Serviço de separação de estoque Quant. estimada mensal: 1	R\$	R\$
04	4.095	SV	Serviço de distribuição (Contratado) Quant. estimada mensal: 273	R\$	R\$
05	1.470	SV	Serviço de Distribuição (Complementar) Quant. estimada mensal: 98	R\$	R\$
06	15	Mês	Gestão de Logísticas nas UBS Quant. estimada mensal: 1	R\$	R\$
07	75.000	SV	Logística de Separação Quant. estimada mensal: 500	R\$	R\$

2.2 FORMA DE EXECUÇÃO: Serviço continuado.

2.3 LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: os serviços deverão ser prestados nas dependências da CONTRATADA, obrigatoriamente dentro do município de Guarulhos, correndo por sua conta todas as despesas diretas, indiretas, bem como todos os impostos e tributos que houver.

2.3.1 As entregas ocorrerão no Município de Guarulhos ou região.

2.4 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO: Nos termos do Artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, e em observância ao regulamentado pelo Decreto Municipal nº 33912, de 16 de janeiro de 2017, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, e com o fim de dar cumprimento ao quanto disposto no art. 6º, o Titular do Órgão demandante (Ordenador da Despesa) designou como Gestor e Fiscal deste contrato os servidores da **Secretaria da Saúde**. A nomeação se deu por meio de despacho exarado nos autos do Processo Administrativo em referência.

3. PRAZOS

3.1 PRAZO DE VIGÊNCIA: Este contrato tem vigência de **15 (quinze) meses**, contados da data da Ordem de Início de Serviços, podendo ser prorrogado a critério da Administração, nos termos do art. 107 da Lei Federal 14.133/21.

3.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA.

3.1.2 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.1.3 A prorrogação contratual será promovida mediante celebração de termo aditivo, antes do término da vigência em curso.

3.1.4 A contratação não poderá ser prorrogada quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade, que abrange todos os órgãos da Administração Pública, ou impedimento de licitar e contratar com o Município de Guarulhos.

3.1.5 PARA RECEBIMENTO DA ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS: a contratada fica obrigada a apresentar à Administração, antes do início dos serviços e, no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis** após a assinatura deste Contrato, os seguintes documentos:

- a) Comprovação de vínculo profissional dos responsáveis técnicos indicados na cláusula 7 do edital, que pode se dar nos termos da Súmula nº 25 do TCE/SP.

3.2 PRAZO DE EXECUÇÃO: os serviços deverão ser iniciados em **até 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da Ordem de Início de Serviços.

3.2.1 Em **até 90 (noventa) dias** a implantação completa da estrutura logística e operacional exigida no Termo de Referência deverá ser concluída, compreendendo a adequação integral do Centro de Distribuição, sistemas, fluxos operacionais e demais requisitos necessários à plena execução do objeto.

3.2.2 Durante o período de implantação, a execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, ainda que em regime de adaptação operacional progressiva, vedada a interrupção ou descontinuidade do atendimento.

3.2.3 O prazo de implantação poderá ser reduzido ou integralmente dispensado, desde que a Contratada comprove possuir estrutura física e operacional previamente instalada e apta ao atendimento integral das exigências contratuais, mediante validação da Administração.

3.2.4 A eventual dispensa ou redução do prazo de implantação dependerá de vistoria técnica prévia, destinada à verificação do atendimento integral às condições estabelecidas no Termo de Referência.

3.2.5 A decisão deverá ser motivada pela CONTRATANTE, com base em critérios objetivos de eficiência, continuidade do serviço e interesse público, em conformidade com os princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/21.

3.2.6 Durante o período de implantação, quando aplicável, a CONTRATANTE realizará vistoria nas instalações da CONTRATADA para verificação das condições exigidas no Termo de Referência, sendo avaliados todos os aspectos relacionados à estrutura física, condições operacionais e adequação do imóvel destinado à armazenagem dos materiais.

3.2.7 O prazo descrito nesta cláusula não se aplica em caso de a CONTRATADA ser a mesma com contrato vigente anteriormente a este.

3.3 MODELO DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: os modelos de gestão e de execução são aqueles consignados no Termo de Referência, de responsabilidade da Unidade Requisitante.

4. VALOR, RECURSOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTES

4.1 VALOR: O valor estimado deste Contrato é de **R\$ ____ (____)**.

4.2 RECURSOS: A despesa onerará, inicialmente, a(s) seguinte(s) dotação(ões):

0791.1030100462.147.02.3000093.339039.0432

0791.1030100462.147.05.3000157.339039.0621

0791.1030200472.149.05.3000157.339039.0621

0791.1030500482.152.05.3000157.339039.0621

4.3 FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo, nos termos da cláusula 5.5 deste contrato, de forma que os pagamentos devidos dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados, observadas as seguintes condições:

- a) Anteriormente à emissão da Nota Fiscal, a CONTRATADA deverá apresentar relatório descrevendo os serviços executados no período cobrado para conferência da medição;
- b) Aprovada a medição, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal, que deverá ser compatível com o contrato social sob pena de não efetuar o pagamento;
- c) O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, a ser indicada pela CONTRATADA;
- d) O órgão Gestor deverá observar as instruções normativas contidas na Portaria nº 03/2017-SF;
- e) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- f) Quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a CONTRATANTE poderá comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/21;
- g) A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da manutenção de regularidade fiscal;
- h) Quando do pagamento, se aplicável, será efetuada a retenção tributária referente ao Imposto de Renda previsto na legislação aplicável, em especial a Instrução Normativa RFB nº 1234/12, e alteração posterior através da Instrução Normativa RFB nº 2145/23, devidamente regulamentada através do Decreto Municipal 40432/23 e demais regulamentações sobre a matéria, exceto aos optantes do Simples Nacional, na forma da Instrução Normativa RFB nº 765, de 02 de agosto de 2007.
- i) No caso de atraso, não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, os valores devidos pela CONTRATANTE serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária, de acordo com a meta de inflação fixada pela Resolução do Banco Central do Brasil vigente no ano de assinatura deste contrato, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira:

I = (meta da inflação/100)/365

4.4 REAJUSTAMENTO: O contrato poderá ser reajustado pelo índice **IPCA-IBGE**, nos termos do Decreto Municipal nº 23124/05.

4.4.1 O reajuste somente poderá ser concedido pela fiscalização a partir de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, adotando-se como data base a data da apresentação das propostas, nos termos do art. 25º, § 8º da Lei Federal 14.133/21.

4.4.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou por qualquer motivo não puder mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4.4 O reajuste será realizado por apostilamento.

5. RESPONSABILIDADES

5.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- a)** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b)** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato e/ou no Termo de Referência;
- c)** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d)** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- e)** Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, de acordo com a respectiva medição;
- f)** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e/ou de repactuação de preços, feitos pela CONTRATADA, no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data do protocolo devidamente instruído.
- g)** Cientificar o Órgão Competente pelas Licitações e Contratos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA, para aplicação de sanções motivadas pela inexecução parcial ou total do Contrato, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, se o caso;
- h)** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i)** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- j)** Não praticar atos de ingerência na administração do contrato, tais como:
 - a)** indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - b)** fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;
 - c)** estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;
 - d)** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - e)** demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - f)** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.

5.2 São obrigações da CONTRATADA:

- a)** A assunção integral de responsabilidade pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e outros que decorram dos compromissos assumidos neste contrato, não se obrigando a CONTRATANTE a fazer-lhe restituições ou reembolso de qualquer valor despendido com estes pagamentos.
- b)** O cumprimento de todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- c)** Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço, ou, ainda, de acordo com o objeto, disponível de outra forma, a ser analisada pela CONTRATANTE (on-line, por exemplo), a qual deve ser indicada antecipadamente pela CONTRATADA, para representá-lo na execução do contrato;
 - a)** A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pela CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo ser designado outro para o exercício da atividade.
- d)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e)** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- f)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, **no prazo estipulado na cláusula 5.4**, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- g)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, devidamente comprovados, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos, garantido o contraditório e ampla defesa;
- h)** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE, ou de agente público que desempenhe função na licitação ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, § único, da Lei Federal 14.133/21;
- i)** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- j)** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços, devendo ser observada a urgência da situação;
- k)** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, respeitadas as vedações existentes por força de lei ou regulamentações, de acordo com o objeto deste contrato, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

l) Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

m) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

n) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

o) Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

p) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

q) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

r) Obrigar-se-á a CONTRATADA a afastar ou substituir, dentro de **24 (vinte e quatro) horas**, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer funcionário seu que, por solicitação justificada da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

s) Caso a CONTRATADA deixe de honrar as obrigações trabalhistas com seus empregados incorrerá em falta grave, estando sujeita, além das penalidades acima previstas, à rescisão contratual, sem prejuízo de ação regressiva por parte da Administração em caso de condenação à responsabilidade subsidiária imposta pela Justiça do Trabalho, a teor do Enunciado nº. 331 do C. Tribunal Superior do Trabalho.

t) Incorrerá na mesma falta se deixar de atender às normas atinentes à segurança e medicina do trabalho, bem como não se verificar o fornecimento e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e uniformes adequados como forma de impedir riscos à saúde de seus empregados, se aplicável, de acordo com o objeto contratual.

u) Para verificação da regularidade da CONTRATADA junto a seus empregados, poderá a CONTRATANTE exigir a qualquer tempo documentos comprobatórios de tal situação, além da fiscalização regular por parte da Administração.

v) Deve a CONTRATADA permitir o livre acesso, a qualquer tempo, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento a ser pactuado, bem como aos locais de execução dos serviços, quando em missão de fiscalização ou auditoria, devendo-se inclusive permitir o livre acesso dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle externo e interno a seus documentos e registros contábeis;

w) A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, devidamente comprovados.

x) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal 14.133/21);

y) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, sendo este, no mínimo, de **10 (dez) dias úteis**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, § único, da Lei Federal 14.133/21);

z) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

aa) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal 14.133/21.

bb) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

cc) Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

dd) Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

ee) Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

ff) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

gg) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

5.3 Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações constantes neste contrato, no ato convocatório e na forma prevista na proposta, dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de incorrer a CONTRATADA, nas sanções previstas.

5.4 Constatadas irregularidades na execução do objeto, a CONTRATANTE poderá:

a) Refutá-lo no todo ou em parte, determinando a substituição de produto, refazimento dos serviços ou rescindir a contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

b) Na hipótese de substituição de produto ou refazimento de serviços, a CONTRATADA deverá fazê-lo em conformidade com as condições estabelecidas no instrumento contratual e Termo de Referência, no prazo máximo de **04 (quatro) horas**, contados da notificação, sem que isto implique em quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

c) Na impossibilidade de serem substituídos ou refeitos, aplicar-se-ão as sanções cabíveis.

5.5 Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas no Art. 140 da Lei Federal 14.133/21:

a) provisoriamente, em até **05 (cinco) dias úteis**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, referente à parcela medida;

b) definitivamente, em até **10 (dez) dias do recebimento provisório**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, referente à parcela medida, com a devida emissão da Nota Fiscal.

c) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.6 As responsabilidades das partes na execução deste Contrato são as comuns nele implícitas ou expressas, com base na Lei de Licitações, e aos demais instrumentos legais que regem o assunto.

5.7 Outras responsabilidades são aquelas relacionadas no **Termo de Referência**.

6. SANÇÕES E EXTINÇÃO

6.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal 14.133/21, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para a execução do contrato;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
- g) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, durante a execução do contrato;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), durante a execução do contrato.

6.2 Por descumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento e pela inexecução parcial ou total do seu objeto, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

6.2.1 ADVERTÊNCIA, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "a", "b" e "c" do item 6.2.4;

6.2.2 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR, com o Município de Guarulhos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d" e "e", do item 6.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "a", "b" ou "d" do item 6.2.4;

6.2.3 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR, com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 6.1 acima, bem como nas alíneas "b", "c", "d" e "e" também do item 6.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "d" do item 6.2.4;

6.2.4 MULTA, aplicada da seguinte forma:

- a) Nos casos de atraso na execução do objeto ou na inexecução parcial, que se prolongue até o **10º (décimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,5%** ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;
- b) Nos casos de atraso na execução do objeto ou inexecução parcial, que se prolongue do **11º (décimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,7%** ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;
- c) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir/substituir produto ou serviço eventualmente rejeitado pela CONTRATANTE ou pela correção/substituição fora do prazo estipulado, aplicar-se-á multa de **10% a 20%** sobre o valor da parcela inadimplida, a ser definida conforme item 6.8;
- d) Nos casos de **inexecução total da obrigação**, que se configura com a mora na entrega do objeto por prazo **superior a 30 (trinta) dias**, contados do dia imediatamente posterior ao previsto no instrumento contratual ou, ainda, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 6.1 acima, bem como nas alíneas "b", "c", "d" e "e" também do item 6.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, incidirá multa de **20% a 30%** sobre o valor do Contrato, a ser definida conforme item 6.8.

6.2.5 Para aplicação das multas elencadas nas alíneas "a" e "b" acima, tão logo constatado o atraso injustificado, o Gestor deste Contrato acionará o Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, para que proceda os trâmites necessários à aplicação da penalidade, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, onde o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador da multa, ou desconto de eventual garantia prestada. Não havendo pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou garantia prestada pela CONTRATADA, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

6.2.6 A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Guarulhos, pelo prazo de até **03 (três) anos**, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, caso venha a descumprir a avença, total ou parcialmente, conforme item 6.2.2 acima e poderá, a critério da Administração, ser aplicada em conformidade com os prazos a seguir:

- a) **06 (seis) a 12 (doze) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e/ou deixar de entregar, em prazo estabelecido, todos os documentos e anexos exigidos, quer por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, conforme a forma estipulada para a apresentação do documento, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial, a ser definido conforme item 6.8;
- b) **13 (treze) a 18 (dezoito) meses** nos casos em que a CONTRATADA, der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, quando ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial que cause grave dano, a ser definido conforme item 6.8;
- c) **19 (dezenove) a 36 (trinta e seis) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução total do contrato ou deixar de recolher aos cofres públicos os valores atinentes a penalidade pecuniária aplicada, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução total, a ser definido conforme item 6.8;

6.2.7 A aplicação da penalidade prevista nos itens 6.2.2 e 6.2.3 implicará o imediato descredenciamento da empresa do cadastro de fornecedores do Município de Guarulhos, pelo prazo em que durar o apenamento.

6.2.8 Para o pagamento das multas elencadas nas alíneas "c" e "d", do item 6.2.4 acima, bem como as indenizações cabíveis impostas à CONTRATADA, o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE. Caso o valor seja superior aos pagamentos que a mesma tenha a receber da CONTRATANTE, o saldo remanescente será descontado de eventual garantia prestada e, se ainda assim, não forem suficientes, restando saldo, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

6.3 A Contratada somente deixará de sofrer as penalidades descritas no presente instrumento nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação da ocorrência de caso fortuito ou força maior, que tenham tornado impossível o cumprimento da obrigação, e/ou;
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à CONTRATANTE.

6.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;

6.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, não se restringindo às cumulações descritas no item 6.2, podendo ser combinadas de forma distinta, de acordo com os critérios elencados no item 6.8.

6.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 166 da Lei Federal 14.133/21, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

6.6.1 Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos por meio eletrônico, **até o último dia útil do prazo**, ou protocolados diretamente na Rua do Rosário, 300 - Macedo - Guarulhos/SP, **das 8h30 às 16h45, respeitado o último dia útil do prazo**.

6.6.2 Não serão conhecidos recursos enviados por meio eletrônico que forem recebidos **após as 23h59 do último dia útil do prazo estipulado**, sendo considerado o horário de recebimento exibido pelo servidor de e-mail ou sistema eletrônico, ou **protocolados fisicamente após o horário determinado do último dia útil do prazo estipulado**, conforme estabelecido no item anterior.

6.6.3 Após o vencimento do prazo recursal, os valores serão cobrados nos moldes do subitem 6.2.8.

6.7 Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal 14.133/21, deve ser observado o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da mesma lei.

6.8 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.9 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.10 A extinção contratual poderá ser, ainda, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta, bem como consensualmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Conforme o motivo, podem-se aplicar também as disposições dos artigos 138 e 139, sem prejuízo das sanções enumeradas no artigo 155 do mesmo diploma legal.

6.11 O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.12 O atraso superior a **20 (vinte) dias úteis** para suplementação ou reposição da garantia contratual, caso exigida, autoriza a CONTRATADA a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21.

6.13 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

6.14 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com, **pelo menos, 2 (dois) meses de antecedência desse dia**.

6.14.1 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o item acima ocorra **com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário**, a extinção contratual ocorrerá **após 2 (dois) meses da data da comunicação**.

6.15 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

6.15.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.16 A extinção, sempre que possível, será precedida:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

6.17 Ao término regular do contrato ou em caso de rescisão, a CONTRATADA deve permitir que a CONTRATANTE efetue a transferência de todo o material estocado nas suas instalações, auxiliando a CONTRATANTE na organização e no empacotamento dos materiais, pelo prazo necessário à conclusão da transferência, garantindo a integridade dos materiais, sendo o custo da nova transferência de responsabilidade da CONTRATANTE.

6.17.1 A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE todos os dados gerados durante a vigência do contrato, em formato a ser definido pela CONTRATANTE.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 DA GARANTIA CONTRATUAL: A CONTRATADA apresenta neste ato, como condição para assinatura, garantia contratual no valor de R\$ ____ (____), conforme previsto no artigo 96 e seguintes, da Lei Federal 14.133/21, equivalente a **5%** do valor anual do Contrato, que será levantada após o término e entrega dos serviços, mediante emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, diante da extinção do contrato.

7.1.1 A garantia contratual deverá ter validade igual ao prazo de execução/vigência do contrato, acrescidos de **90 (noventa) dias**, sendo que em caso de prorrogação, esse prazo deverá também ser somado à data final do novo período.

7.1.2 A garantia contratual deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato, sendo que em caso de iminente vencimento durante a vigência do contrato, por qualquer motivo, a CONTRATADA deve providenciar sua renovação, sendo que o(s) responsável(is) pela gestão contratual

deve(m) acompanhar os prazos contratuais e solicitar a renovação, junto à CONTRATADA.

7.1.3 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

7.1.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período mediante solicitação justificada, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.1.5 Na hipótese de suspensão ou paralização do contrato pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia até o reinício da execução, devendo o(s) responsável(is) pela gestão contratual verificar tal condição e solicitar a renovação junto à ordem de reinício.

7.1.6 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação justificada, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada pelo(s) responsável(is) pela gestão contratual.

7.2 CONDIÇÕES INTEGRANTES: São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) O Edital de Licitação, conforme o fundamento acima;
- c) A Proposta da CONTRATADA; e
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

7.3 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.

7.4 ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

7.4.1 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% do valor inicial atualizado do termo de contrato.

7.5 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, devidamente justificado pela unidade requisitante, com anuência da CONTRATADA, submetido à prévia aprovação da Procuradoria do Município, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, devendo esse prazo ser observado pelos responsáveis pela gestão do contrato, respeitados, ainda, os prazos estipulados na Súmula 15 da PGM.

7.6 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21, devendo a unidade requisitante encaminhar ao Órgão responsável pelas Licitações e Contratos as devidas justificativas e solicitação para o apostilamento.

7.7 A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sendo vedada a transferência dos serviços que se prestaram para comprovar a sua Capacidade Técnica Operacional no processo licitatório.

7.7.1 A subcontratação dos serviços deverá ser permitida na forma parcial conforme disposto no art. 122 da Lei Federal 14.133/21, desde que a CONTRATADA mantenha toda a coordenação dos serviços através do seu Responsável Técnico preposto.

7.7.2 A subcontratação só será permitida até o limite financeiro de 25% do valor total do contrato.

7.7.3 Os serviços que podem ser subcontratados são os referentes às atividades acessórias, cujo serviço especializado não caracteriza a essência do objeto do contrato e somente poderão ser efetuados com profissionais ou empresas com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar.

7.8 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

7.8.1 A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

7.9 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.10 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal 14.133/21 e alterações, demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos, devendo sua aplicação ser precedida da devida análise jurídica.

7.11 Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

7.12 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.13 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.14 A CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e criminalmente responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

7.14.1 Mesmo após o término do contrato, qualquer divulgação de informações geradas estará sujeita à prévia autorização da Secretaria da Saúde.

7.15 A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

7.16 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.17 É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.18 A CONTRATADA deverá exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.19 A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

7.20 A CONTRATADA deverá prestar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.21 A CONTRATADA, ao assinar o presente contrato, DECLARA que está ciente acerca da Política de Segurança da Informação, instituída pelo Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022, e concorda em cumprir todas as diretrizes e responsabilidades estabelecidas, se aplicável, e se compromete a:

- a) Proteger as informações confidenciais da CONTRATANTE e dos cidadãos do Município, acessadas ou gerenciadas no decorrer da prestação dos serviços;
- b) Utilizar os recursos de tecnologia da informação fornecidos pela CONTRATANTE apenas para os fins autorizados e em conformidade com as políticas estabelecidas;
- c) Relatar imediatamente à CONTRATANTE qualquer incidente de segurança da informação ou suspeita de violação das políticas;
- d) Participar de treinamentos e capacitações relacionados à segurança da informação quando solicitado pela CONTRATANTE;
- e) Colaborar com a equipe de segurança da informação do município para implementar e manter as medidas de segurança adequadas;
- f) Dar ciência aos seus colaboradores do fiel cumprimento da PSI.

7.22 No ato de assinatura deste instrumento, a CONTRATADA declara que ofertou sua proposta ciente e em concordância com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão originário, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

7.23 FORO: As partes elegem, em comum acordo, o Foro desta Comarca de Guarulhos, como seu domicílio legal, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento deste contrato.

Estando as partes concordes com as cláusulas transcritas no presente Contrato, assinam os representantes, digitalmente, mediante acesso com senha pessoal, conforme normas estabelecidas pela Legislação vigente.

Guarulhos, data da última assinatura digital (será considerado o próximo dia útil, caso a última assinatura ocorra em dia que não haja expediente no órgão ou entidade competente).

Secretário da Saúde

RAZÃO SOCIAL

Nome:

Cargo:

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARULHOS (Secretaria da Saúde)

CONTRATADO:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº **/2026**

OBJETO: Serviços especializados de gestão e operação logística, incluindo a disponibilização de infraestrutura, mobiliário e recursos técnicos e operacionais especializado para gestão e operação de Centro de Distribuição, compreendendo as atividades de recebimento, conferência, armazenamento, separação, distribuição, controle de estoque e transporte para unidades de saúde e entregas domiciliar de materiais médico-hospitalares, correlatos, medicamentos e demais produtos da área da saúde, além de disponibilização de sistema informatizado.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a)** o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b)** poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c)** além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d)** as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e)** é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a)** O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b)** Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Guarulhos, data da última assinatura digital.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo: Secretário da Saúde

CPF:

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome:

Cargo: Secretário da Saúde

CPF:

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo: Secretário da Saúde

CPF:

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEL POR PROCESSOS LICITATÓRIOS:

Nome:

Cargo: Subsecretário de Licitações e Contratos

CPF:

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Nome:

Cargo:

CPF:

(*) O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Estevam de Barros Ferrazzini, Chefe de Divisão Técnica**, em 15/06/2026, às 15:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4936966** e o código CRC **02FF6C56**.